

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
ÁREA DO CONHECIMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

TOBIAS POLETTO MACIEL

ANÁLISE DO DESEMPENHO DE CULTIVARES DE VIDEIRAS

VACARIA

2019

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
ÁREA DO CONHECIMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

TOBIAS POLETTO MACIEL

ANÁLISE DO DESEMPENHO DE CULTIVARES DE VIDEIRAS

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para a
obtenção do Grau de Bacharel em
Ciências Contábeis da Universidade de
Caxias do Sul
Orientador: Prof. Dr. Sérgio Cavagnoli
Guth.

VACARIA

2019

TOBIAS POLETTO MACIEL

ANÁLISE DO DESEMPENHO DE CULTIVARES DE VIDEIRAS

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para a
obtenção do Grau de Bacharel em
Ciências Contábeis da Universidade de
Caxias do Sul
Orientador: Prof. Dr. Sérgio Cavagnoli
Guth.
Área de concentração: Contabilidade
Rural

Aprovado em: 25/06/2019

Banca Examinadora

Prof. Dr. Sérgio Cavagnoli Guth – Orientador
Universidade de Caxias do Sul

Prof^a. Me. Cleusa Marli Gollo Bitencourt
Universidade de Caxias do Sul

Prof. Me. Marco André Pegorini
Universidade de Caxias do Sul

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela oportunidade de estudo.

Aos meus pais por todo o suporte ao longo dessa jornada.

A minha namorada Karine Rizzon Vargas por todo o incentivo, apoio, paciência e colaboração durante todo o período de desenvolvimento desse trabalho.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Sergio Cavagnoli Guth pela orientação e a confiança depositada em mim.

E por fim, a todos funcionários e professores da UCS que tiveram participação direta ou indiretamente nesta caminhada.

RESUMO

A agricultura é importante para a economia brasileira, responsável pela geração de renda e empregos. No entanto para o êxito do setor, a contabilidade se faz indispensável, uma vez que através dela é possível que se tenha controle de todos os gastos e assim o produtor possua em mãos uma ferramenta que o auxilie nas tomadas de decisões. O presente estudo tem por objetivo analisar a viabilidade do plantio de três cultivares de videiras: bordô, violeta e magna. Para o desenvolvimento do trabalho buscou-se na literatura uma base teórica sobre o assunto, principalmente no que diz respeito aos custos, ferramentas de análise de desempenho e métodos de avaliação de investimentos. O método de pesquisa utilizado foi pesquisa bibliográfica, quantitativa, exploratória, apresentada por meio de estudo de caso. Os resultados obtidos pelo estudo contextualizaram que a cultivar magna é a que mostra a maior viabilidade financeira, pois apresenta retorno do investimento em um menor intervalo de tempo, visto que, o fluxo de caixa para o investimento em um hectare apontou um VPL de R\$ 61.172,14 e payback a partir de 4,71 anos, e taxa interna de retorno de 22% aa.

Palavras-chave: Viticultura. Contabilidade de Custos. Viabilidade Financeira.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - PIB 2017 - Taxas de variação anual do PIB e seus subsetores	23
Figura 2 – Produção de uvas pelo sistema Latada	45
Figura 3 – Produção de uvas pelo sistema Espaldeira	47
Figura 4 - BRS Bordô	48
Figura 5 - BRS Magna.....	49
Figura 6 - BRS Violeta.....	50
Figura 7 - Localização da propriedade	53
Figura 8 - Evolução da produção de uvas	55
Figura 9 - Videira na época de colheita.....	56
Figura 10 - Uva bordô em caixa Safra 2016/2017	57

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Finalidades da Contabilidade Rural.....	20
Quadro 2 - Características do Setor Agrícola.....	24
Quadro 3 - Tarefas do Administrador Rural	28
Quadro 4 - História do Vinho no Brasil	41
Quadro 5 - Principais Vantagens e Desvantagens do Sistema Latada	45
Quadro 6 - Principais Vantagens e Desvantagens do Sistema Espaladeira	46
Quadro 7 - Base de Investimentos	58
Quadro 8 - Custos de Produção - Uva Bordô.....	61
Quadro 9 - Custos de Produção - Uva Violeta	62
Quadro 10 - Custos de Produção - Uva Magna	63
Quadro 11 - Depreciação	65
Quadro 12 - Receitas Safra 2017/2018.....	66
Quadro 13 - Demonstração pelo custeio direto ou variável.....	67
Quadro 14 - Fluxo de caixa do investimento (Bordô) - ano 0 ao 3	68
Quadro 15 - Fluxo de caixa do investimento (Bordô) - ano 4 ao 8	69
Quadro 16 - Fluxo de caixa do investimento (Violeta) - ano 0 ao 3.....	69
Quadro 17 - Fluxo de caixa do investimento (Violeta) - ano 4 ao 8.....	70
Quadro 18 - Fluxo de caixa do investimento (Magna) - ano 0 ao 3.....	70
Quadro 19 - Fluxo de caixa do investimento (Magna) - ano 4 ao 8.....	71
Quadro 20 - Indicadores de viabilidade financeira	71

LISTA DE SIGLAS

AGF	Aquisições do Governo Federal
CIF	Custos Indiretos de Fabricação
DO	Demonstração de Origem
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FUNRURAL	Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
GEC	Gestão Estratégica de Custos
IBRAVIN	Instituto Brasileiro do Vinho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IP	Indicação de Procedência
MC	Margem de Contribuição
PIB	Produto Interno Bruto
PROAGRO	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
TIR	Taxa Interna de Retorno
TML	Taxa Média de Lucratividade
VPL	Valor Presente Líquido

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	DELIMITAÇÃO DO TEMA.....	12
1.1.1	Definição do problema de pesquisa	14
1.2	OBJETIVOS	15
1.2.1	Objetivo geral	15
1.2.2	Objetivos específicos	15
1.3	JUSTIFICATIVA	15
1.4	ESTRUTURA DO TRABALHO	16
2	REFERENCIAL DE LITERATURA	18
2.1	CONTABILIDADE.....	18
2.1.1	Contabilidade Rural	20
2.2	AGRONEGÓCIO	22
2.3	AGRICULTURA FAMILIAR	23
2.4	PRODUTOR RURAL.....	26
2.4.1	Tributação produtor rural pessoa física	27
2.4.2	Gestão Rural	27
2.5	GESTÃO DE CUSTOS.....	28
2.5.1	Custos	31
2.5.1.1	Métodos de custeio	32
2.5.2	Despesas	33
2.5.3	Receitas	34
2.5.4	Preço de venda	35
2.5.5	Investimentos	36
2.5.5.1	Análise de investimento.....	37
2.6	VIDEIRAS.....	40
2.6.1	Regiões produtoras	43
2.6.2	Sistemas de condução no plantio das videiras	43
2.6.2.1	Sistema de condução latada	44
2.6.2.2	Sistema de condução espaldeira	46
2.6.3	Cultivares de videiras	47

2.6.3.1	Bordô	48
2.6.3.2	Magna	49
2.6.3.3	Violeta	50
3	METODOLOGIA	51
3.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA	51
3.2	OBJETIVOS DO ESTUDO	51
3.3	PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS.....	52
4	DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	53
4.1	PROCESSO DE PRODUÇÃO DA UVA	55
4.2	COMERCIALIZAÇÃO DA UVA.....	57
4.3	APRESENTAÇÃO DO INVESTIMENTO NAS VIDEIRAS	58
4.4	DADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS	59
4.4.1	Custos na condução das videiras	59
4.4.2	Depreciação.....	64
4.4.3	Receitas	66
4.4.4	Demonstração do resultado.....	66
4.4.5	Fluxo de caixa	68
4.4.6	Indicadores de viabilidade financeira	71
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
	REFERÊNCIAS	76

1 INTRODUÇÃO

A fruticultura é o ramo da agricultura que visa produzir frutos em geral, com o intuito de comercializá-los. O terceiro maior produtor de frutas é o Brasil perdendo apenas para China e Índia, com um total de 41,5 milhões de toneladas produzidas, fator de relevância para a economia brasileira. A agricultura no Brasil gera um superávit na balança comercial do país e atrelada a esta, tem-se a fruticultura. (SEBRAE, 2016).

Cada região do Brasil tem uma produção de uvas específica: no Sul, é predominante o cultivo de uvas destinadas à fabricação de sucos e vinhos, que são as uvas americanas e híbridas e nas demais regiões, predomina-se o cultivo de uvas americanas e europeias de mesa, destinadas ao mercado interno bem como à exportação.

A Serra Gaúcha é a principal região vitícola do Rio Grande do Sul e do Brasil. Nessa região há grande ocorrência de chuvas no período de maturação-colheita (WESTPHALEN; MALUF, 2000). Além disso, é comum a ocorrência de granizo que, em determinadas situações, acaba trazendo perdas na produção e na qualidade. Para o cultivo da videira nessa região, deve-se aplicar antecipadamente de produtos químicos para o controle das doenças fúngicas. (CHAVARRIA; SANTOS, 2009).

De acordo com o artigo “Situação e perspectivas da fruticultura de clima temperado no Brasil”, o estado do Rio Grande do Sul é responsável por 54,2% da produção de uva, seguido do estado de São Paulo, com 13,6%. Segundo o mesmo artigo, “a produção de uvas representa 45 % da produção total e 64 % das exportações das frutas de clima temperado”. (FACHINELLO *et al*, 2011, p.111).

A análise de desempenho é uma necessidade para poder medir a capacidade produtiva de determinada cultivar, a fim de obter lucro e um retorno adequado sobre as vendas e capital investido. Para mensurar este desempenho, existem indicadores a serem calculados, como por exemplo, margem de lucro bruta, margem de lucro líquida, retorno sobre ativos, retorno sobre capital próprio, entre outros. (GRIFFIN, 2012).

A fruticultura brasileira, a certo tempo, vem se preparando para ter um maior destaque no mercado internacional, e conseqüentemente um melhor índice participativo na economia do país. Este setor está entre os principais geradores de renda, emprego e de desenvolvimento rural do agronegócio nacional.

Inserida na fruticultura, tem-se a produção de videiras, que gera impacto na economia brasileira, tendo em vista que é abundantemente exportada e importada. A expansão do mercado iniciou nos anos 90, tornando o país mais competitivo nacional e internacionalmente.

A videira, também pode ser chamada de parreira ou vinha, ou seja, a planta que produz uva. A palavra possui origem latina, viticultura significa viti + cultura, ou seja, cultura ou cultivo de vinhas. Viticultura é a ciência que estuda a produção da uva, que pode ser destinada para o consumo *in natura*, para a elaboração de vinhos e derivados e também para produção de passas.

A viticultura foi introduzida no Brasil no período colonial, mas somente no início do século XX tornou-se uma atividade comercial. Até meados desse século, eram cultivadas apenas uvas americanas, após, foi inserido o plantio de videiras europeias. A viticultura brasileira, até a década de 1960, ficou limitada as regiões Sul e Sudeste, logo em seguida se expandiu para as regiões tropicais do país.

O cultivo das videiras é uma atividade importante para as pequenas propriedades sustentadas pela agricultura familiar, cuja área média dos vinhedos fica em torno de dois hectares e, quando possui uma produção de boa qualidade e produtividade, tem dado um bom retorno econômico, porém exige o uso de tecnologias adequadas e dos insumos agrícolas de forma racional e eficiente.

1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA

No Rio Grande do Sul, as culturas com maior quantidade de produção são a uva, a maçã e a melancia. A fruticultura tem se tornado uma alternativa aos produtores gaúchos, principalmente da região norte do Rio Grande do Sul, devido ao relevo e a produtividade. Com a presença das serras, a utilização de maquinários acaba sendo difícil, fazendo com que, os produtores optem pela produção de frutas. (G1, 2018).

No Estado do Rio Grande do Sul a principal região produtora é a da Serra Gaúcha, cujos indicadores climáticos médios são: precipitação 1700 mm distribuídos ao longo do ano, temperatura 17,2°C e umidade relativa do ar 76%.

A análise do desempenho será feita através da apuração da taxa interna de retorno (TIR), taxa média de lucratividade (TML), margem de contribuição (MC), fluxo

de caixa, bem como o investimento necessário para a implantação e cultivo de 1 hectare de parreiral de cada variedade.

Para o viticultor, nomenclatura específica utilizada ao produtor de uva, é de suma importância saber os custos de implantação e manutenção das videiras. Os custos de implantação são variáveis de acordo com o sistema implantado de condução das vinhas, do valor de mão de obra, da qualidade da muda, preços dos insumos entre outros.

A agricultura é complexa, pois, para ser desenvolvida, não depende somente do produtor rural, mas também de outros fatores, entretanto os produtores precisam buscar alternativas para circundar os obstáculos e suavizar os efeitos provocados pelos fatores como clima, condições biológicas e sistema de competição econômica, entre outros. (CREPALDI, 2016).

Segundo Marion (2014, p. 18), “Culturas permanentes - São aquelas que permanecem vinculadas ao solo e proporcionam mais de uma colheita ou produção”. Sendo assim, são as culturas que produzem por mais de um ano. Exemplos: cana-de-açúcar, maçã, uva, entre outros. As culturas permanentes são aquelas que não necessitam ser replantadas após a colheita, possuem ciclos de vida longos, como é o caso das videiras, objeto deste estudo.

Segundo o artigo Da videira ao vinho:

Uma videira é uma planta arbustiva da família das vitáceas. São muitos os gêneros que espalham-se por todo o mundo, e a ciência acredita que sua origem é asiática, embora o cultivo da videira para fazer vinho tenha origens mais bem documentadas no Egito. Para a maioria das pessoas, as duas espécies mais conhecidas são a *Vitis vinífera* e a *Vitis labrusca* (ou americana). Outras espécies também são utilizadas para consumo in natura e para fazer vinhos, mas a prática de séculos levou à conclusão de que as mais adequadas para a produção de vinhos finos são as *Vitis vinífera*, em sua maioria de origem europeia. (ROSA, 2010).

Os tipos de uva que serão analisados ao longo do estudo são violeta, magna e bordô. Violeta é uma cultivar precoce, podendo ser colhida em meados de janeiro, em regiões da Serra Gaúcha utilizada para produção de suco de uva e também para vinho de mesa. Apresenta elevada produtividade, elevado teor de açúcar e acidez total baixa. Outra grande vantagem é a coloração do suco que apresenta uma tonalidade violácea muito intensa. Apresenta boa adaptação também em climas tropicais. (RITSCHER; CAMARGO, 2018)

A magna é resultante do cruzamento BRS Rúbea X IAC 1398-21 (Traviú), realizado em 1999, na Embrapa Uva e Vinho, em Bento Gonçalves/RS, possui como características principais ampla adaptação climática, ciclo intermediário, vigor médio, possui peso médio por cacho de 200g, produz de 25 a 30 t/há, sabor e aroma típico de labrusca e o suco é de coloração violácea intensa. (EMBRAPA, 2012).

A cultivar bordô depende de frio, portanto tem melhor desenvolvimento em regiões com inverno definido, tendo dificuldades crescimento em regiões de clima tropical. Desta forma, o cultivo dessa variedade está restrita aos polos do Sul de Minas Gerais e Norte do Paraná, além dos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Possui grande resistência a doenças fúngicas e normalmente é plantada de pé-franco. Além disso, esta variedade tem alta concentração de matéria corante, sendo ideal para utilização em vinhos e sucos. (MAIA; CAMARGO, 2005).

Vinhedo em forma latada é o sistema de produção de vinha mais comum no Brasil, ocorre onde as plantas unem seus galhos e a plantação parece um conjunto de latas. Quanto mais galhos tiver a planta, mais cachos terá a produção, daí surge a maior produtividade do sistema. Para um bom crescimento e desenvolvimento das vinhas é necessário sol, e nesse sistema, a grande quantidade de folhas pode prejudicar o amadurecimento dos cachos. (ROSA, 2007).

O método de custeio direto, como o próprio nome já diz, “utiliza apenas os gastos diretos a cada um dos produtos e serviços de uma empresa, sejam eles custos (gastos da área industrial), sejam despesas (gastos da área comercial)”. (PADOVEZE, 2014, p. 73). Este será o método utilizado para apropriar os custos.

1.1.1 Definição do problema de pesquisa

Problema é uma dificuldade, teórica ou prática, no conhecimento de alguma coisa de real importância, para a qual se deve encontrar uma solução. Definir um problema significa especificá-lo em detalhes precisos e exatos. (MARCONI; LAKATOS, 2017, p. 173).

Perante a necessidade de avaliar os métodos produtivos utilizados, bem como a cultivar que tem o maior lucro. Dessa forma, o trabalho reunirá dados com o propósito de responder a seguinte questão de pesquisa: **Qual cultivar de videira produzida possui a maior lucratividade?**

1.2 OBJETIVOS

Objetivos é o caminho que o pesquisador deve seguir, “delimitam a pretensão do alcance da investigação, o que se propõe fazer, que aspectos se pretende analisar” (KOCHE, p. 144, 2010), servindo como complemento para a delimitação do tema sendo subdividido em objetivo geral e objetivos específicos.

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral está unido a uma visão geral e ampla do tema. Refere-se, de modo direto, à própria significação da tese proposta pelo projeto. (MARCONI; LAKATOS, 2017). Para Silva (2006, p. 51) o objetivo geral “procura dar uma visão geral do assunto da pesquisa”. Nessas circunstâncias, o objetivo geral deste trabalho é analisar a viabilidade do plantio de três cultivares de videiras: bordô, violeta e magna.

1.2.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos têm função intermediária e instrumental, permitindo, de um lado, atingir o objetivo geral e, de outro, aplicá-lo a situações particulares. (MARCONI; LAKATOS, 2017). Os objetivos específicos na visão de Silva (2006, p. 52) são um “desdobramento do objetivo geral em questões mais específicas”. Assim, os objetivos específicos são:

- Promover o referencial de literatura sobre tema proposto;
- Analisar o custo inicial do investimento;
- Analisar a composição dos custos e receitas de cada cultivar;
- Analisar o seu retorno por meio dos indicadores.

1.3 JUSTIFICATIVA

Os produtores rurais visam lucratividade, porém sem investir em melhorias na terra, a administração rural é um composto de atividades para auxiliar estes produtores nas decisões voltadas a cultura produzida. (CREPALDI, 2016).

Na atividade de viticultura, o preço de venda é definido pelo governo. É um valor tabelado que dependendo da qualidade da uva poderá diminuir ou aumentar, o mesmo deve buscar alternativas de diminuir o custo de produção sem prejudicar a qualidade da uva, evitando desperdícios, desenvolver maneiras para melhorar a rentabilidade e lucratividade do seu negócio.

Ter um planejamento adequado e um controle sobre a produção é o maior desafio do pequeno produtor, a falta desses dados efetivos afetam o desempenho econômico e produtivo, prejudicando o agricultor que investe em determinada cultura e acaba obtendo pouca remuneração. As tomadas de decisões precisam ser pontuais e corretas, pois o risco é muito alto, uma vez que se erra pode-se comprometer a safra inteira.

Este fato é o incentivo necessário para fazer uma contabilidade de custos tendo foco na fruticultura, todavia que o assunto é de importância para o agronegócio, pois o agricultor, tendo informações confiáveis e reais conseguirá a maximização dos lucros.

Contudo, sendo este um assunto amplo, o foco do mesmo será analisar a lucratividade de três cultivares de videiras, identificando qual delas é a mais rentável. A escolha deste tema se fundamenta devido ser um viticultor e possuir as três cultivares de videiras, Violeta, Magna e Bordo. Diante disto, surge a curiosidade de saber qual é mais vantajosa, com maior lucro e menor investimento.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

No primeiro capítulo é apresentado a introdução do estudo, bem como a delimitação do tema, definição da questão de pesquisa, o objetivo geral, os objetivos específicos e a justificativa do estudo.

O capítulo 2 abrange o referencial teórico do presente trabalho, servindo de base para inúmeros assuntos que serão abordados na execução do mesmo. Nesse capítulo, englobam-se os tópicos referentes à contabilidade, contabilidade rural agronegócio, agricultura familiar, produtor rural, gestão de custos e a história e cultivares de videiras.

O capítulo 3, conta com a metodologia de pesquisa, onde é apresentado o delineamento da pesquisa, o objetivo do estudo, o procedimento de coleta e análise de dados.

No quarto capítulo encontra-se o estudo de caso, com a descrição e análise dos dados, o processo de produção e comercialização da uva, apresentação dos investimentos das videiras bem como dados econômicos e financeiros.

Por fim, no quinto capítulo, apresentam-se as considerações finais, conforme a análise dos resultados, referente aos objetivos do presente trabalho.

2 REFERENCIAL DE LITERATURA

Neste capítulo será apresentada uma revisão de literatura que fundamentará o projeto de pesquisa, apresentando temas como contabilidade, contabilidade rural, contabilidade de custos, agronegócio, agricultura familiar, produtor rural, gestão de custos e videiras, proporcionando um embasamento teórico para a análise do desempenho de cultivares de videiras.

2.1 CONTABILIDADE

“O surgimento da contabilidade está relacionado ao desenvolvimento econômico da sociedade, tendo uma evolução lenta até a criação da moeda, cujas formas de registros se limitavam aos inventários físicos”. (YAMAMOTO; MALACRIDA; PACCEZ, 2011, p. 1).

Segundo Ribeiro (2013), a Ciência Contábil praticamente surgiu com o advento da civilização. Com a descoberta da capacidade do homem de armazenar bens, nasceu a necessidade de controle desses bens. Existem evidências históricas de registros contábeis nas civilizações dos sumérios, babilônios, assírios, egípcios, hebreus, gregos etc.

No final do século XV, com o método das partidas dobradas, fundamentado em débitos e créditos, a contabilidade se estabelece como ciência, e a partir disso criou-se a figura do patrimônio líquido. No primórdio da contabilidade, o registro era feito em partidas simples, ou seja, apenas era feita a contabilização de bens e direitos, não se permitia a justificativa, causas e efeitos, apenas servia para inventariar em sentido amplo, para fazer a contagem dos bens. (RIBEIRO, 2013).

Yamamoto, Malacrida, Paccez (2011, p. 1) destacam que:

A partir da Revolução Industrial surgiu a necessidade de avaliar os produtos elaborados (e não mais adquiridos prontos), além de grande demanda de capital, fazendo com que a contabilidade evoluísse no sentido de apurar o custo dos produtos elaborados. Com o desenvolvimento industrial e econômico as informações de caráter gerencial, com a finalidade de servir de apoio à tomada de decisões dos usuários internos da empresa (administradores/ gestores da empresa), tornaram-se necessárias.

A contabilidade é uma ciência social que interpreta, estuda e registra os fatos econômicos e financeiros que afetam o patrimônio de determinada pessoa física ou

jurídica. Já o patrimônio, por sua vez, é a junção de elementos essenciais para a existência de uma entidade, composto pelos objetos de estudo como computadores, mesas, armários, cadeiras, de troca como mercadorias, e de consumo como material de escritório, e também pelo contas a pagar e a receber. (GRECO, 2013; RIBEIRO, 2013).

De acordo com Griffin (2012), a contabilidade é a ciência responsável pelo registro sistemático das transações financeiras de uma empresa, utilizando um vocabulário muito utilizado nos mercados financeiros. É através da contabilidade que se tem os dados necessários para a execução de aplicações financeiras, para o planejamento financeiro de determinada empresa, para a análise das demonstrações financeiras bem como a análise do investimento.

“Portanto, há uma ligação muito forte entre contabilidade e finanças. A contabilidade nos permite acompanhar o que acontece nas empresas (e em organizações sem fins lucrativos e no governo)”. (GRIFFIN, 2012, p. 4). Ainda para este autor, a contabilidade pode ser considerada uma arte praticada dentro de um corpo de conhecimentos, composta por princípios e conceitos que foram analisados, estudados e aprofundados ao longo dos anos, para suprir algumas necessidades dos usuários das informações contábeis.

A contabilidade tem como objetivo, estudar e controlar o patrimônio e suas variações, proporcionando informações importantes e úteis para a tomada de decisão dentro. Estas informações podem ser de natureza econômica, composta pelos fluxos de receitas e despesas, que geram lucro ou prejuízo, gerando variações no patrimônio líquido, ou de natureza financeira, que abrangem os fluxos de caixa e capital de giro. (RIBEIRO, 2009). O patrimônio é formado pelo conjunto de recursos (bens e direitos) e obrigações vinculados à entidade econômico-administrativa, e este constitui um meio indispensável para que esta realize seus objetivos.

A contabilidade pode ser estudada de modo geral, para todos os tipos de empresas ou particular, focada a um ramo ou setor específico, como é o caso da Contabilidade Rural. Para auxiliar na tomada de decisão, fornecer dados sobre a rentabilidade e desempenho de atividades nas empresas tem-se a Contabilidade de Custos. Estes dois ramos da contabilidade serão abordados a seguir.

2.1.1 Contabilidade Rural

Contabilidade rural é definida por Crepaldi (2012, p. 83) como sendo “um dos principais sistemas de controle e informação das Empresas Rurais”. Além disso, a contabilidade rural, é um instrumento das “funções administrativas que tem como finalidade controlar o patrimônio das entidades rurais, apurar o resultado das entidades rurais, prestar informações sobre o patrimônio e sobre o resultado das entidades rurais aos diversos usuários das informações contábeis”. (CREPALDI, 2012, p. 84).

“Contabilidade Rural é desenvolvida dentro de um ciclo de coleta e processamento de dados que culmina com a produção e a distribuição de informações da saída, na forma de relatórios contábeis.” (CREPALDI, 2016, p. 83). Estes relatórios permitem a garantia de um fluxo contínuo de informações de diversos fatos econômicos e financeiros da empresa rural, propiciando a avaliação da situação atual e comparando com o planejamento feito e possibilitando planos futuros. (CREPALDI, 2016).

Contabilidade Rural, que é a contabilidade aplicada às empresas rurais, ou seja, “aquelas que exploram a capacidade produtiva do solo por meio do cultivo da terra, da criação de animais e da transformação de determinados produtos agrícolas”. (MARION, 2007).

No Quadro 1 serão apresentadas as principais finalidades da contabilidade rural.

Quadro 1 - Finalidades da Contabilidade Rural	
Finalidades da Contabilidade Rural	Orientar as operações agrícolas e pecuárias;
	Medir o desempenho econômico-financeiro da empresa e de cada atividade produtiva individualmente;
	Controlar as transações financeiras;
	Apoiar as tomadas de decisões no planejamento da produção, das vendas e dos investimentos;
	Auxiliar as projeções de fluxos de caixa e necessidades de crédito;
	Permitir a comparação da <i>performance</i> da empresa no tempo e desta com outras empresas;
	Conduzir as despesas pessoais do proprietário e de sua família;
	Justificar a liquidez e a capacidade de pagamento da empresa junto aos agentes financeiros e outros credores;
	Servir de base para seguros, arrendamentos e outros contratos;
	Gerar informações para a declaração do Imposto de Renda.

Fonte: Elaborado pelo autor (2018), baseado em Crepaldi (2016).

A Contabilidade Rural é a responsável por efetuar registros de fatos ocorridos na atividade rural em determinado momento, ou seja, uma escrituração contábil obrigatória, tendo necessidade de ser feita mensalmente, contabilizando todas as receitas, os custos e as despesas, respeitando os princípios contábeis e as normas brasileiras de Contabilidade. (CREPALDI, 2016). Entretanto, ainda é pouco utilizada pelos produtores brasileiros, pois é vista geralmente, como uma técnica complexa para ser executada além de ter pouco retorno na prática.

A Contabilidade Rural trabalha com dois tipos de culturas, as temporárias que tem início com o plantio e termina com a primeira colheita, e as culturas permanentes que oferecem mais de uma colheita e duram mais de um ano. Conforme Marion (2014) a cultura permanente pode ser vista como aquela que permanece vinculada ao solo, com uma duração mínima de quatro anos, permitindo mais de uma colheita ou produção, como é o caso da viticultura.

Desse modo, para Rodrigues et al. (2012) para a cultura ser considerada como permanente, esta deverá produzir mais de uma vez na sua vida útil e caso produza apenas uma vez, deverá apresentar nível de maturação e produção acima de dois anos. Além disso, a cultura permanente, do início de sua formação até a produção e colheita dos seus produtos, terá um prazo superior a um ano. Diante disso, a uva é considerada uma cultura permanente.

Segundo Marion (2014), os custos necessários para a formação da cultura permanente são classificados no Ativo Não Circulante-Imobilizado, acumulados na subconta Cultura Permanente em Formação. Tem-se como exemplos de custos herbicidas, adubação, sementes, irrigação, mão de obra, encargos sociais, depreciação de equipamentos utilizados na cultura.

Para se obter sucesso no negócio, além de utilizar técnicas produtivas modernas e dispendiosas, que auxiliam para o aumento da produtividade é necessário saber gerenciar a produtividade obtida para atingir o resultado desejado, ou seja, a contínua maximização do lucro. (CREPALDI, 2016). Diante disso surge a necessidade saber gerenciar a atividade rural desenvolvida.

Diante disso, a contabilidade rural proporciona informações que auxiliam na administração de empresas rurais ou agronegócios, visto que é por meio dela que os produtores analisam resultados, e tomam as decisões mais coerentes a cada situação.

2.2 AGRONEGÓCIO

O agronegócio é conceituado como as atividades de serviços que possuem ligação com a distribuição de produtos de origem rural. Os seguimentos de produtos de origem rural podem ser delimitados da seguinte forma: fornecedores de insumos agrícolas (adubos, defensivos, sementes), máquinas e equipamentos utilizados na atividade rural, seguido pelas atividades de produção rural no campo, que constituem os produtos agrícolas, silvícola e pecuária, bem como as atividades de processamento/industrialização de alimentos, fibras e energia, além dos segmentos de distribuição (atacado e varejo), até o consumo final. (NEVES; ZYLBERSZTAJN; CALEMAN, 2015).

Para Callado (2008, p. 20):

Um aspecto fundamental para a contextualização contemporânea do agronegócio está associado à maneira pela qual sua gestão tem incorporado diversas práticas tradicionalmente relacionadas a organizações industriais, comerciais e prestadoras de serviços tipicamente urbanas.

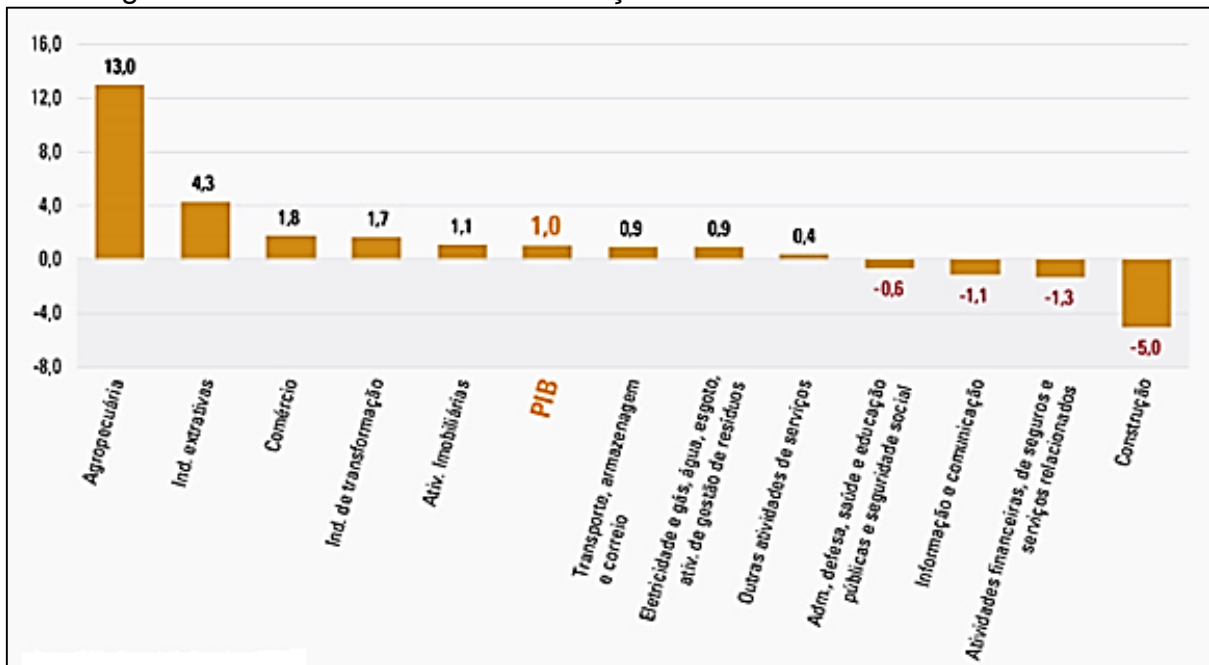
O envolvimento entre a produção animal, as lavouras permanentes e temporárias, a horticultura, a silvicultura, a floricultura e a extração vegetal compõe a produção agropecuária e atrelado a isso o agronegócio. Não há agronegócio sem haver esta produção. (NAKAO, 2017).

O sucesso do agronegócio no Brasil é cada vez mais reconhecido e tem tido impactos positivos na economia brasileira. A agropecuária é definida como a união dos estabelecimentos que se dedicam à produção agrícola, pecuária e florestal. Já o agronegócio é “à cadeia produtiva como um todo, cadeia longa, que vai do segmento de insumos e serviços à produção aos processadores industriais, atividades de logística e distribuidores para os interno e externo”. (IEDI, 2018, p. 2-3). Atualmente, estima-se que o agronegócio represente algo como 24% do Produto Interno Bruto (PIB), embora a participação da agropecuária seja da ordem de 5,5%.

A agropecuária, no ano de 2017, foi a responsável pelo aumento de 1,0% no PIB, devido ao desempenho da agricultura, após duas quedas consecutivas, ambas de 3,5%, em 2015 e 2016. Nessa comparação, conforme pode-se observar que houve altas na Agropecuária (13,0%) e nos Serviços (0,3%), e estabilidade na Indústria (0,0%). (IBGE, 2018). Diante disso, pode-se perceber que com a influência no

aumento do PIB, e conseqüentemente proporcionou um fechamento positivo da economia brasileira em 2017, conforme exposto na Figura 1.

Figura 1 - PIB 2017 - Taxas de variação anual do PIB e seus subsetores



Fonte: IBGE (2018).

Tanto o agronegócio, quanto a agricultura familiar são assuntos indispensáveis para a sobrevivência do pequeno produtor que trabalha sua propriedade com a ajuda de familiares. O conhecimento e a orientação técnica possibilitam uma melhor produtividade e conseqüentemente um bom retorno financeiro.

2.3 AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar surgiu no Brasil em meados de 1990, onde ocorreram dois eventos de grande impacto político e social no meio rural, principalmente na região Centro-Sul do país. Os eventos foram a utilização do termo agricultura familiar pelos movimentos sociais e, em 1996 foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que teve como objetivo, proporcionar amparo aos pequenos produtores oferecendo crédito agrícola àqueles que sofreram com as conseqüências das políticas públicas ao longo da década de 1980, e estavam passando por obstáculos para se manter na atividade. (SCHNEIDER, 2013).

Conforme Crepaldi (2012, p.1) a agricultura familiar tem como objetivo “produzir alimentos baratos e de boa qualidade; produzir matéria-prima para a indústria; pela exportação, trazer dinheiro para o país e dar condições dignas de vida para o trabalhador rural”.

A agricultura familiar se desenvolve em pequenas propriedades, e possui a mão de obra exclusivamente familiar. De acordo com a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, Art. 3º, agricultor familiar é àquele que exerce atividade no meio rural e que se enquadre dentro dos requisitos da lei. Para que o agricultor seja considerado como familiar, não pode possuir uma área maior que 4 (quatro) módulos fiscais, deve utilizar somente a mão de obra da família, sem vínculo empregatício com terceiros, a renda familiar deverá ter um percentual mínimo originado de atividades econômicas do seu empreendimento, além de dirigir seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Conforme Silva (2010), com o avanço das tecnologias, a modernização modificou a agricultura brasileira, a paisagem rural, os agricultores e seus familiares, trazendo mudanças inclusive no modo de vida. Estas mudanças resultaram na aproximação da agricultura com a indústria, em diversos setores, como por exemplo, indústria química, de máquinas e equipamentos agrícolas, indústria processadora, dentre outros.

A agricultura está inserida no setor agrícola, e este setor possui algumas características peculiares, que o diferencia dos demais. Estas características serão apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2 - Características do Setor Agrícola

(continua)

Características do Setor Agrícola	
Dependência Do Clima	É a característica mais citada pelos estudiosos e da qual muitas outras dependem. O clima condiciona a maioria das explorações agropecuárias. Determina épocas de plantio, tratos culturais, colheitas, escolha de variedades e espécies, vegetais e animais.
Correlação Tempo De Produção Versus Tempo De Trabalho	O processo produtivo agropecuário desenvolve-se, em algumas de suas fases, independentemente da existência do trabalho físico imediato. Em outros setores da economia, a indústria, por exemplo, somente o trabalho modifica a produção de determinado bem e é sempre igual ao tempo de trabalho consumido na obtenção do produto final. Isso deverá ser favoravelmente levado em conta.

(conclusão)

Dependência De Condições Biológicas	O ciclo de produção da agropecuária está intimamente relacionado às condições biológicas. As condições determinam também a irreversibilidade do ciclo produtivo, ou seja, não se pode alterar a sequência da produção (interromper o desenvolvimento de uma lavoura de milho para se obter soja, por exemplo).
Terra Como Participante Da Produção	Na agropecuária, a terra não é apenas um suporte para o estabelecimento de atividades produtivas, ao contrário, na maioria das explorações agropecuárias, participa diretamente do ciclo produtivo. Assim, é importante conhecê-la e analisá-la em suas condições químicas, físicas, biológicas e topográficas.
Estacionalidade Da Produção	No setor agrícola, normalmente, não existe um fluxo contínuo de produção, como na indústria, e uma tarefa pode também não depender de outra. As atividades estão dispersas por toda a empresa, podendo ocorrer em locais distantes um do outro. Não há relação, por exemplo, entre o trabalho executado por uma equipe que reforma as cercas da propriedade com outra que faz “a limpeza” das pastagens.
Incidência De Riscos	Toda e qualquer atividade econômica está sujeita a riscos. Na agropecuária, os riscos assumem maiores proporções, pois as explorações podem ser afetadas por problemas causados pelo clima (seca, geada, granizo), pelo ataque de pragas e moléstias e pelas flutuações dos preços de seus produtos.
Sistema De Competição Econômica	A agricultura está sujeita a um sistema de competição que tem as seguintes características: (a) existência de um grande número de produtores e consumidores; (b) produtos que apresentam, normalmente, pouca diferenciação entre si; (c) a entrada no negócio e a saída dele pouco alteram a oferta total.
Produtos Não Uniformes	Na agropecuária, ao contrário da indústria, há dificuldades em se obter produtos uniformes, quanto à forma, ao tamanho e à qualidade. Esse fato é decorrente das condições biológicas e acarreta, para o empresário rural, custos adicionais com classificação e padronização, além de receitas mais baixas, em virtude do menor valor dos produtos que apresentarem padrão de qualidade inferior.
Alto Custo De Saída E/Ou Entrada	No negócio agrícola, algumas explorações exigem altos investimentos em benfeitorias e máquinas e, conseqüentemente, condições adversas de preço e mercado devem ser suportadas a curto prazo, pois o prejuízo, ao abandonar a exploração, poderá ser maior. A cultura de café e a pecuária leiteira podem ser consideradas como explorações de alto custo de entrada, enquanto culturas anuais – milho e soja, por exemplo – são explorações de menor custo de entrada.

Fonte: Elaborado pelo autor (2018), baseado em Crepaldi (2016, p. 11).

Ao analisar as características do setor agrícola conforme apresentadas, pode-se observar que o efeito delas, na administração da empresa agrícola, é mais

prejudicial do que benéfico. Dessa forma, o produtor rural precisa definir ações capazes de reduzir e transformar os efeitos prejudiciais de cada característica. (CREPALDI, 2016). Assim sendo, há a necessidade de entendimento sobre produtor rural, que será explanado abaixo.

2.4 PRODUTOR RURAL

Conforme Marion (2014), na atividade rural há as duas formas jurídicas possíveis de exploração, com bastante frequência, a pessoa física e a pessoa jurídica. Pessoa física é definida como a pessoa natural, é todo ser humano, é todo indivíduo e a sua existência finaliza com a morte. Já a pessoa jurídica nasce com a união de indivíduos que, “por meio de um trato reconhecido por lei, formam uma nova pessoa, com personalidade distinta da de seus membros”.

As pessoas jurídicas podem ter fins lucrativos (empresas industriais, comerciais etc.) ou não (cooperativas, associações culturais, religiosas etc.). Na maioria dos casos, as pessoas jurídicas são conhecidas como empresas. No Brasil, quando se trata de pequenas atividades, a pessoa física prevalece em relação à jurídica, devido ao custo ser menor, além de proporcionar mais vantagens de ordem fiscal, já que o Brasil possui uma das cargas tributária mais alta do planeta. (MARION, 2014, p. 7, PASSOS, 2012).

“As pessoas físicas tidas como pequeno e médio produtor rural não precisam, para fins de Imposto de Renda, fazer escrituração regular em livros contábeis e podem utilizar apenas um livro-caixa e efetuar uma escrituração simplificada”. (MARION, 2014, p. 7).

Ainda para este autor, as pessoas físicas que são consideradas como grande produtor rural, para fins contábeis, serão igualadas às pessoas jurídicas, sendo necessário fazer escrituração regular, por intermédio de um bom profissional contábil, utilizando o método das partidas dobradas (lançamentos a débito e a crédito simultaneamente).

Defendendo o mesmo ponto de vista, Rodrigues et al. (2012) definem produtor rural conforme a seguir:

Produtor rural é a pessoa física ou jurídica, proprietária ou não, que desenvolve, em área urbana ou rural, a atividade agropecuária, pesqueira ou silvicultural, bem como a extração de produtos primários, vegetais ou animais, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos (RODRIGUES et al., 2012, p.38).

Diante disso, pode-se dizer que as atividades do produtor rural devem ser realizadas pelo próprio agricultor ou criador, contanto apenas com auxílio de máquinas e equipamentos exclusivos da atividade rural. O produtor rural tem impostos que são devidos, e devem ser respeitados.

2.4.1 Tributação produtor rural pessoa física

Em 2018 houve mudanças em relação ao INSS Rural. Conforme o site Contábeis (2018), a Lei 13.606/98, alterou a alíquota da contribuição previdenciária devida pela pessoa física, ficando em 1,5% a partir de janeiro deste ano, 1,2% da receita bruta da comercialização rural 0,1% para Risco Ambiental do Trabalho – RAT e 0,2% para o SENAR. Até o ano de 2017, a alíquota de funrural era de 2,3%, sendo 2% sobre receita bruta + 0,01% de RAT e 0,20 de SENAR.

É necessário que o produtor rural saiba decidir e controlar suas atividades, ou seja, ter gestão rural que será exposta abaixo.

2.4.2 Gestão Rural

O produtor rural necessita conhecer as condições de mercado, bem como os recursos naturais existentes, os pilares de sustentação para o desenvolvimento da atividade econômica. Além disso, precisa decidir o que, quanto e como produzir, controlar a ação após o início, e por último, avaliar os resultados alcançados e compará-los com os previstos inicialmente. A decisão dessas ações constitui a Administração Rural. (CREPALDI, 2016). O Quadro 3 apresenta as principais tarefas do administrador rural.

Quadro 3 - Tarefas do Administrador Rural

Administrador Rural	Tomar decisão sobre o que produzir, baseando-se nas condições de mercado e dos recursos naturais de seu estabelecimento rural;
	Decidir sobre o quanto produzir, levando em consideração fundamentalmente a quantidade de terra de que dispõe, e ainda o capital e a mão de obra que pode empregar;
	Estabelecer o modo como vai produzir, a tecnologia que vai empregar, ou seja, se vai mecanizar ou não a lavoura, o tipo de adubo a ser aplicado, a forma de combater as pragas e doenças etc.;
	Controlar a ação desenvolvida, verificando se as práticas agrícolas recomendadas estão sendo aplicadas corretamente e no devido tempo;
	Avaliar os resultados obtidos na safra medindo os lucros ou prejuízos e analisando quais as razões que fizeram com que o resultado alcançado fosse diferente daquele previsto no início de seu trabalho.

Fonte: Elaborado pelo autor (2018), baseado em Crepaldi (2016).

Segundo Crepaldi (2016), a Administração Rural é um composto de operações que auxilia e facilita a tomada de decisão para seu negócio, com a finalidade de obter um bom resultado econômico e produtividade da terra. Atrelada a gestão rural, há a gestão de custos, que pode ser entendida como o conhecimento dos custos envolvidos na atividade agrícola, conforme exposto a seguir.

2.5 GESTÃO DE CUSTOS

Até o século XVIII, período que aconteceu a Revolução Industrial, praticamente só existia a Contabilidade Financeira ou Geral, a qual servia para as empresas comerciais, coletando informações a serem utilizadas na preparação de demonstrações financeiras - relatórios (balanço, demonstração de resultado, demonstração de lucros acumulados, demonstração de fluxo de caixa), informações que são consideradas úteis porém não suficientes para os administradores. (MARTINS, 2010).

Diante disso, surge a necessidade de informações adicionais a estes relatórios, com foco à administração, e um maior controle dos valores dos estoques de produtos, necessidade de tomar decisões quanto ao que, como e quando produzir. (MARTINS, 2010; CREPALDI; CREPALDI, 2017).

Segundo Crepaldi e Crepaldi (2017), a contabilidade de custos:

É uma técnica utilizada para identificar, mensurar e informar os custos dos produtos e/ou serviços. Tem a função de gerar informações precisas e rápidas para a administração, para a tomada de decisão. É voltada para a análise de gastos da entidade no decorrer de suas operações. Planeja, classifica, aloca, acumula, organiza, registra, analisa, interpreta e relata os custos dos produtos fabricados e vendidos. Uma organização necessita ter uma Contabilidade de Custos bem estruturada para acompanhar e atingir seus objetivos em um mercado dinâmico e globalizado. (CREPALDI; CREPALDI, 2017, p. 3).

Veiga e Santos (2016), ressaltam que a contabilidade de custos é utilizada para analisar os gastos que as empresas realizando durante o processo operacional, auxiliando na tomada de decisões, bem como nas opções de produção, formação de preço e alternativas entre produção própria e terceirizada, contribuindo para a determinação do lucro, “processando as informações contábeis, e possibilita, ainda, dados sobre a rentabilidade e desempenho de diversas atividades da entidade, auxiliando no planejamento e controle e no desenvolvimento das operações”. (VEIGA; SANTOS, 2016, p. 4).

Ainda nesse sentido, Martins (2010) expõe a importância da contabilidade de custos como um auxílio à tomada de decisão, fornecendo dados, orçamentos, provisão, entre outros, fazendo uma comparação com os dados apurados. O conhecimento em custos é de importância para saber se o produto está dando lucro ou prejuízo, como também se há a probabilidade de redução dos seus custos.

No século XIX surgiram os sistemas de custos, através dos sistemas de custos industriais, que, “associados à contabilidade de custos (tradicional) do início do século XX, originaram os sistemas de custos gerenciais difundidos ao longo do século XX (ainda que sujeitos a críticas)”. Por fim, no final do século XX, incorporou-se a estratégia nos sistemas de custos, surgindo então a Gestão Estratégica de Custos (GEC). (SOUZA; DIEHL, 2009).

A gestão de custos está presente dentro das organizações e ultrapassa fronteiras departamentais, não é limitada a determinada área ou função isolada. Porém, nas empresas, apenas algumas funções especializadas dominam e evidentemente interpretam a linguagem sobre custos. (SOUZA; DIEHL, 2009).

Nas empresas, os gestores de custos possuem a função de “aproximar os sistemas de custos das necessidades dos tomadores de decisão, tanto ao fornecer

informações úteis e facilmente compreensíveis como ao educar os seus pares, superiores e subordinados”. (SOUZA; DIEHL, 2009, p. 31).

Dessa forma, esse gestor necessita compreender “as diferentes linguagens, ter visão sistêmica da organização e atuar proativamente na operação dos problemas nessa área”. Tendo essas qualidades será capaz de proporcionar subsídio para a tomada de “decisão em diferentes contextos e ao mesmo tempo agir preventivamente, em termos de gestão de custos”. (SOUZA; DIEHL, 2009, p. 31).

De acordo com Souza e Clemente (2011), as empresas utilizam a Gestão de Custos buscando reduzir os custos do processo produtivo, e conseqüentemente o aumento da produtividade, por meio da melhoria do processo.

Os administradores rurais sabem da necessidade da utilização da contabilidade, porém demandam de informações para a tomada de decisão, e utilizam alguns relatórios contábeis, porém analisam esses relatórios de forma inapropriada, não os utilizando como deveriam, ou seja, acabam extraindo poucos dados, e tendo pouca serventia.

Dessa forma, Callado e Almeida (2005, p. 44) destacam que:

Torna-se necessário a implantação de um bom sistema de custos que possibilite aos empresários rurais, em conjunto com uma assessoria técnica, diagnosticar possíveis problemas através da análise da composição dos custos e avaliar o rendimento da atividade desenvolvida.

Portanto, o estudo dos custos rurais é importante visto que apresenta quais são as atividades que devem ser ou não incentivadas, viabilizando os melhores recursos a serem utilizados, para alcançar os melhores resultados. “Ou seja, estes custos devem ser vistos como uma forma de planejamento estratégico que permite a confrontação entre a realidade vivida pela empresa rural e o planejamento estabelecido”. (CALLADO; ALMEIDA, 2005, p. 44).

Inseridas à contabilidade de custos, tem-se algumas terminologias que são utilizadas para a classificação das atividades nas empresas. Dessa forma, Crepaldi (2012) afirma que com a contabilidade de custos é possível identificar e calcular os custos da produção ou dos produtos, obtendo informações importantes para a correta tomada de decisão. A seguir serão apresentadas as principais terminologias.

2.5.1 Custos

Os custos são representados pelo investimento feito para aquisição de estoque e por outros itens relacionados diretamente à elaboração de produtos (para empresas industriais), processo de aquisição, movimentação e estocagem de mercadorias (para empresas comerciais) e os relacionados diretamente à prestação de serviços ou de determinadas atividades. Ou seja, é o recurso necessário para obter bens e serviços. Os custos são alocados aos estoques de produtos, e geralmente estão no ativo circulante (curto prazo). (VEIGA; SANTOS, 2016).

Para Crepaldi e Crepaldi (2017), são considerados os gastos relacionados com a produção de bens ou serviços, no momento da fabricação de um produto, ou execução de um serviço, ou melhor os valores gastos com a fabricação dos produtos.

De acordo com Padoveze (2014), os custos:

São os gastos, efetuados pela empresa, que farão nascer os seus produtos. Portanto, podemos dizer que os custos são os gastos relacionados aos produtos, posteriormente ativados quando os produtos, objeto desses gastos, forem gerados. São os gastos ligados à área industrial da empresa. (PADOVESE, 2014, p. 16).

Os custos podem ser divididos quanto a sua apropriação aos produtos, em diretos e indiretos, e quanto ao nível de atividades separados em fixos e variáveis.

Os custos diretos são apropriados diretamente aos produtos agrícolas, sem rateio. Crepaldi (2016, p. 108) argumenta que, “de modo geral, identificam-se aos produtos agrícolas e variam proporcionalmente à quantidade produzida”. Como exemplos de custos diretos, tem-se insumos, mão de obra direta, material de embalagem, depreciação de equipamentos agrícolas, energia elétrica das máquinas agrícolas.

Os custos indiretos são “de natureza mais genérica, não sendo possível identificá-los imediatamente como parte do custo de determinado produto ou serviço. Para serem incorporados aos produtos ou serviços, necessitam da utilização de algum critério de rateio”. (CREPALDI; CREPALDI, 2017, p. 23).

São considerados como custos fixos aqueles que não variam de acordo com a produção, por exemplo aluguel, impostos. Diante disso, são fixos se analisado o volume de produção agrícola, porém sofrem alterações com o passar do tempo, como por exemplo, o aluguel de pastos, que é considerado como fixo apesar de sofrer

reajustes mensais, pois terá o mesmo valor independente da produção. (CREPALDI, 2016).

Esse autor define os custos variáveis como aqueles que variam proporcionalmente a produção, dessa forma, só há custo variável quando há produção, caso contrário o mesmo é nulo. São classificados como custos variáveis insumos indiretos consumidos, embalagens, depreciação dos equipamentos agrícolas em função das horas-máquina trabalhadas, entre outros.

2.5.1.1 Métodos de custeio

Método de custeio é o método utilizado para apropriar custos. Existem dois métodos básicos: custeio por absorção e custeio variável ou direto, que podem ser usados com qualquer sistema de acumulação de custos.

“A aplicação desses sistemas deverá ser de acordo com o tipo de empresa, as características de suas atividades, suas necessidades gerenciais, além, do custo-benefício resultante do sistema adotado”. (CREPALDI; CREPALDI, 2017, p.151).

A diferença dos dois custos é a análise dos custos fixos. “Custear significa acumular, determinar custos. Custeio ou custeamento são métodos de apuração de custos, maneiras segundo as quais procedemos a acumulação e a apuração dos custos”. (CREPALDI; CREPALDI, 2017, p 151).

- **Custeio Variável ou Direto**

O método de custeio direto, como o próprio nome já diz, “utiliza apenas os gastos diretos a cada um dos produtos e serviços de uma empresa, sejam eles custos (gastos da área industrial), sejam despesas (gastos da área comercial)”. (PADOVEZE, 2014, p. 73).

Dessa forma, para o cálculo do custo unitário dos produtos, utiliza-se tanto os custos (e despesas) diretos variáveis quanto os fixos. “Os diretos variáveis são incorporados ao custo dos produtos pelo seu custo unitário específico, e os diretos fixos, pelo custo médio em função da quantidade produzida ou vendida”. (PADOVEZE, 2014, p. 73).

De igual modo Crepaldi e Crepaldi (2017, p. 158) define como método de custeio variável ou direto, como “um tipo de custeamento que considera como custo de produção de um período apenas os custos variáveis incorridos, desprezando os custos fixos, os quais são tratados como despesas do período”. Custos engloba também as despesas variáveis.

Nesse método, o custo unitário de produção do período será o total de custo variável dividido pela quantidade produzida, e o custo fixo será apropriado direto ao resultado do exercício, não passando pelo estoque. Fundamenta-se na separação dos gastos em gastos variáveis e gastos fixos, isto é, em gastos que oscilam proporcionalmente ao volume da produção/venda e gastos que se mantêm estáveis perante volumes de produção/venda oscilantes dentro de certos limites. No critério de custeio variável só são apropriados aos produtos os custos variáveis, ficando os custos fixos separados e considerados como despesas do período (CREPALDI; CREPALDI, 2017, p. 158).

Normalmente, dentro da contabilidade das empresas os custos de produção são apurados mensalmente e os gastos imputados aos custos devem ser aqueles efetivamente incorridos. Diante disso, surge a necessidade de um adequado suporte ao sistema contábil, “na forma de um plano de contas que separe, já no estágio de registro dos gastos, os custos variáveis e os custos fixos de produção com adequado rigor”. (CREPALDI; CREPALDI, 2017, p. 158).

Na mesma perspectiva, Nagy e Vanderbeck (2012, p. 407) considera que no “custeio direto, o custo de um produto manufaturado inclui apenas os custos que variam diretamente com o volume: materiais diretos, mão-de-obra direta e CIF variáveis”. Esse método também é conhecido como custeio variável, visto que apenas os custos variáveis de manufatura são adicionados ao produto.

2.5.2 Despesas

“Despesas são os gastos necessários para vender e distribuir os produtos. São os gastos ligados as áreas administrativas e comerciais. O custo dos produtos, quando vendidos, transforma-se em despesas”. (PADOVEZE, 2014, p. 16).

De acordo com Marion (2014, p.17) entende-se como despesa do período:

[...] os gastos não identificáveis com a cultura, não sendo, portanto, acumulados no estoque (culturas temporárias), mas apropriados como despesa do período. São as despesas de venda (propaganda, comissão de vendedores...), despesas administrativas (honorários dos diretores, pessoal de escritório...) e despesas financeiras (juros, taxas bancárias...).

Conforme Souza e Clemente (2011, p. 18), entende-se por despesas “o valor dos bens e serviços não diretamente relacionados com a produção de outros bens ou serviços, consumidos num determinado período”.

“Despesas são consideradas custos do período, isto é, só são agregados ao custo da empresa no momento da venda do produto”. (SOUZA; DIEHL, 2009, p. 11).

2.5.3 Receitas

Receita é a entrada de elementos no ativo, em forma de dinheiro ou de direitos a receber, geralmente resultante de venda de bens ou serviços. Na atividade rural, a receita bruta é formada pelo total das vendas dos produtos provenientes das atividades exploradas pelo próprio vendedor (produtor rural). A receita bruta da atividade rural é calculada sem retirar o ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e o Funrural (Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural). (CREPALDI, 2016).

Conforme Marion (2014) na atividade agrícola, diferente de outras atividades, a receita é obtida durante ou logo após a colheita, pelo motivo de que a produção agrícola é sazonal, ou seja, ocorre apenas em determinado período, podendo ocorrer durante alguns dias de um mês do ano.

Segundo Crepaldi (2016, p. 375), fazem parte da receita bruta na atividade rural os itens a seguir:

- I - Os valores recebidos de órgãos públicos, tais como auxílios, subvenções, subsídios, Aquisições do Governo Federal (AGF) e as indenizações recebidas do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PRO-AGRO);
- II - O montante ressarcido ao produtor agrícola pela implantação e manutenção da cultura fumageira;
- III - O valor de alienação de investimentos utilizados exclusivamente na exploração da atividade rural, ainda que adquiridos pelas modalidades de arrendamento mercantil e consórcio;
- IV - O valor da entrega de produtos agrícolas, pela permuta com outros bens ou pela dação em pagamento;
- V - O valor pelo qual o subscritor transfere os bens e direitos utilizados na exploração da atividade rural e os produtos e os animais dela decorrentes, a título de integralização de capital, nos termos previstos no art. 23 da Lei no 9.249/95;
- VI - As sobras líquidas decorrentes da comercialização de produtos agropecuários, apuradas na demonstração de resultado do exercício e distribuídas pelas sociedades cooperativas de produção aos associados produtores rurais.

Ainda nesse sentido, Crepaldi (2016, p. 376) expõe que “a receita bruta da atividade rural, decorrente da comercialização dos produtos, deve ser comprovada por documentos usualmente utilizados nessas atividades”. Estes documentos podem ser uma Nota Fiscal de Produtor, Nota Fiscal de Entrada, Nota Promissória Rural vinculada à Nota Fiscal de Produtor entre outros documentos oficialmente reconhecidos pelas fiscalizações estaduais.

2.5.4 Preço de venda

O preço é a expressão do valor monetário dos benefícios que a empresa acredita que seus produtos ou serviços trazem para seus clientes, e este deve ser bem ajustado, visto que é um influenciador para os clientes em suas decisões de compra, visto que quando há um grande número de concorrentes, as empresas precisam ter a convicção que estão oferecendo a melhor oferta sem perder a lucratividade. (CREPALD; CREPALDI, 2017).

De acordo com Crepaldi e Crepaldi (2017, p. 282), “para fixar o preço de venda de sua mercadoria de forma a assegurar o lucro, é preciso conhecer a importância da formação do preço e a estrutura criteriosa do mesmo”.

Segundo Crepaldi e Crepaldi (2017), dois aspectos devem ser considerados pelos empresários para definir o preço de venda de um produto ou serviço, o financeiro (interno) e o mercadológico (externo).

No aspecto financeiro, “o preço de venda deverá cobrir o custo direto da mercadoria/produto/serviço vendido, as despesas variáveis (impostos, comissões etc.), as despesas fixas (aluguel, água, luz, telefone, salários, pró-labore etc.). A sobra será o lucro líquido”. (CREPALD; CREPALDI, 2017, p. 282).

Já no aspecto mercadológico, “o preço de venda deverá estar próximo do praticado pelos concorrentes diretos da mesma categoria de produto e qualidade”. Além disso, existem outros fatores que influenciam na definição do preço por este aspecto: conhecimento de marca, tempo de mercado, volume de vendas já conquistado e agressividade da concorrência. (CREPALD; CREPALDI, 2017, p. 282).

Caso aconteça de o preço ditado pelo mercado ser “menor que o encontrado a partir dos custos internos da empresa, o empresário deve refazer os cálculos financeiros para avaliar a viabilidade da sua prática”. (CREPALD; CREPALDI, 2017, p. 282).

2.5.5 Investimentos

Investimentos são definidos como os gastos realizados para formar a estrutura necessária para o negócio, por exemplo, a aquisição de imóveis, veículos, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, compra do ponto ou franquia, aquisição de matéria-prima, mercadorias, peças etc., que inicialmente vão para os estoques pelo valor de custo de aquisição. (VEIGA; SANTOS, 2016).

Segundo Crepaldi e Crepaldi (2017), os investimentos são os gastos que servirão para bens ou serviços futuros. É quando há aquisição de um bem para o ativo da entidade, o qual é ativado em função da vida útil, ou terá utilidade em atividades futuras. Estes investimentos são classificados em função da época de retorno, podem ser circulantes, como por exemplo estoques de matérias-primas e produtos para revenda ou permanentes, como máquinas, equipamentos e instalações.

Para Ribeiro (2015), investimentos são os gastos com a compra dos bens destinados à troca (mercadoria), à transformação (matérias-primas, materiais secundários, materiais auxiliares e materiais de embalagem) ou consumo (materiais de expediente, higiene e limpeza), antes da troca, transformação ou consumo.

Conforme Crepaldi (2012) na atividade rural, nos investimentos pode-se incluir as culturas permanentes, as máquinas, equipamentos e utensílios, aqueles que

tiverem sua duração maior que um ano, incluindo os insumos e fertilizantes que contribuam para o aumento da produtividade.

2.5.5.1 Análise de investimento

Segundo Macedo e Corbari (2014), investimento é um acontecimento que visa lucrar a rentabilidade. No entendimento de Andrich et al. (2014), definem como um investimento um desembolso com propósito de gerar um fluxo de benefícios futuros a longo prazo.

Para Padoveze e Benedicto (2014, p. 280), “os modelos para decisão de investimentos partem da ideia de verificar a viabilidade econômica de um investimento, antes de sua implantação”.

Ainda, Padoveze e Benedicto (2014) ressaltam que o investimento parte de uma suposição de gerar um resultado superior ao valor investido, para que dessa maneira seja compensado o risco de sua recuperação.

A seguir serão definidos os métodos de avaliação de investimento sendo: valor presente líquido (VPL), taxa interna de retorno (TIR) e prazo de retorno (Payback simples e descontado).

➤ **Valor Presente Líquido (VPL)**

O valor presente líquido (VPL) é um método baseado nos fluxos de caixa de um projeto de investimento para a sua análise da viabilidade econômica. Nesse sentido, para Bruni e Famá (2012) o valor presente líquido (VPL) significa o acréscimo de todos os fluxos de caixa na data zero. Quando o VPL é maior que zero significa que o valor presente supera o investimento inicial e o projeto é viável.

O VPL “é obtido pela diferença entre o valor presente das entradas de caixa (EC), previstas para cada período do horizonte de duração do projeto, e o valor presente do investimento inicial ou das saídas de caixa (quando houver mais de uma)”. (CAMARGOS, 2013, p. 336).

O resultado do VPL irá indicar se o projeto de investimento deve continuar ou não existindo. Desta forma, Padoveze (2016) define:

Valor Presente Líquido significa descontar o valor dos fluxos futuros a uma determinada taxa de juros, de tal forma que esse o fluxo futuro apresente-se a valores de hoje ou ao valor atual. O valor atual dos fluxos futuros, confrontado com o valor atual do investimento a ser feito, indica a decisão a ser tomada: • se o valor atual dos fluxos futuros for igual ou superior ao valor atual a ser investido, o investimento deverá ser aceito; • se o valor atual dos fluxos futuros for inferior ao valor a ser investido, o investimento não deverá ser aceito. (PADOVEZE, 2016, p. 260).

Portanto, considera-se que o VPL é uma das formas mais corretas de se avaliar a viabilidade de um investimento, pois considera as variações de valores que podem ocorrer conforme o tempo e determina se o investimento é realizável ou não.

➤ **Taxa interna de retorno (TIR)**

A taxa interna de retorno (TIR) busca a igualdade entre o valor presente das entradas de caixa e o investimento inicial.

Deste modo, Padoveze (2016) apresenta:

O modelo de decisão baseado na Taxa Interna de Retorno é uma variação do critério do VPL. Nesse modelo, em vez de se buscar o VPL do fluxo futuro, busca-se a taxa de juros que iguala o total dos fluxos futuros descontados a essa taxa de juros ao valor do investimento inicial. (PADOVEZE, 2016, p. 261).

Lemes Junior, Rigo e Cherobim (2005) dizem que a Taxa Interna de Retorno (TIR) é a taxa que iguala as entradas de caixa ao valor a ser investido no projeto. Os autores acrescentam que a TIR de um investimento é a maior taxa de retorno de fluxo de caixa, porque outras acima dela torna o VPL negativo.

Para Camloffski (2014), o método da TIR representa a rentabilidade de um investimento projetada de acordo com o orçamento de caixa definido. Sendo assim, a TIR é o limite máximo da rentabilidade esperada para um projeto, pois seu cálculo presume que as entradas de caixa serão reinvestidas com base na própria TIR.

Nesse mesmo contexto, Bruni e Famá (2012) destacam que enquanto o projeto estiver sendo avaliado, todos os seus retornos serão reinvestidos no valor da TIR e que esse método é utilizado porque mede a rentabilidade do projeto na parte não amortizada do investimento.

➤ **Prazo de retorno (Payback)**

Payback é o tempo necessário para recuperar o investimento. Ele pode ser feito de duas maneiras: simples e descontado. A seguir a distinção entre as duas formas de payback.

- **Payback Simples:**

Conforme Camloffski (2014), o payback é um cálculo que irá apresentar o tempo em que um investimento será recuperado. Quanto menor o tempo melhor, pois representa que a empresa possui boa liquidez e então o risco do investimento é baixo. O payback simples não pode ser utilizado em termos financeiros, pois não leva em conta o valor do dinheiro no tempo.

Segundo Bruni e Famá (2012, p. 53):

Para se obter o payback simples de um projeto de investimento, basta verificar o tempo necessário para que o saldo do investimento (soma dos fluxos de caixa colocados e gerados pelo investimento) seja igual a zero. Como o payback simples não considera o custo do capital, a soma do saldo do investimento pode ser feita com base nos valores nominais (nas datas futuras).

Entretanto, esse método serve apenas para apresentar o tempo de recuperação do capital e não como um meio de análise da rentabilidade do investimento.

- **Payback descontado:**

Devido às falhas apresentadas no cálculo do payback simples, o payback descontado surge considerando o custo de capital da empresa. Segundo Camloffski (2014), o payback descontado é o cálculo do payback que considera o valor do dinheiro no tempo, para tanto se faz necessário ter uma taxa de desconto para realizar a descapitalização dos valores.

De acordo com Bruni e Famá (2012, p. 57) “Os procedimentos de cálculo são similares aos empregados no payback simples, bastando trazer os fluxos de caixa a valor presente”.

Na visão de Lemes Junior, Rigo e Cherobim (2005, p. 157) “payback descontado é o período de tempo para recuperar o investimento inicial, considerando os fluxos de caixa descontado”.

2.6 VIDEIRAS

A videira, também conhecida como parreira ou vinha, é a planta que produz uva. A palavra viticultura tem origem latina e significa vit(i) + cultura, ou seja, cultura ou cultivo de vinhas. Dessa forma, viticultura é a ciência que estuda a produção da uva, que pode ser destinada para o consumo *in natura*, a elaboração de vinhos e seus derivados e a produção de passas. (GIOVANNINI, 2014).

As videiras atuais surgiram na Groenlândia, é lá que se encontram os fósseis mais antigos de suas ancestrais. A primeira espécie de videira surgiu há 300 mil anos, durante a Era Cenozoica, no Período Terciário. No final do Período Quaternário, devido à grande glaciação, essa espécie se extinguiu naquele local. A partir daí, a videira se dispersou em duas direções: américo-asiática e euroasiática. “A presença milenar da videira na Terra possibilitou grande variabilidade de espécies, adaptadas às diversas situações de clima e solo, e resistentes a pragas e moléstias”. (GIOVANNINI, 2014, p. 11).

A uva é apreciada *in natura* e também serve como matéria prima para a produção de vinhos, doces, geleias, sucos e vinagre, sendo que 80% da sua produção é destinada ao vinho e outras bebidas alcoólicas, restando 20% para os demais derivados. Além destes, a uva fornece sub produtos como corantes naturais, ácidos tartáricos, óleos das sementes e tanino. (SEBRAE, 2016).

Segundo Pommer (2003, p. 11), “o envolvimento com a uva e o vinho desde tempos remotos é tão forte quanto retratado na Bíblia e em outras formas de comunicação”. Deve-se destacar a importância do vinho no âmbito religioso, onde simboliza o sangue de Cristo. Assim, percebe-se que o cultivo da uva e o uso de seus derivados acompanham boa parte da história do ser humano.

“O Brasil, maior país da América Latina e considerado o quinto maior produtor vitivinícola do hemisfério sul, vem produzindo vinhos desde o começo de sua colonização”. (IBRAVIN). No Quadro 4, é apresentada a história do vinho no Brasil.

Quadro 4 - História do Vinho no Brasil

(continua)

Ano	Acontecimento
1532	As primeiras videiras são trazidas ao Brasil por Martim Afonso de Souza. As mudanças de vitis vinífera são plantadas na capitania de São Vicente, no sudeste do país, mas as condições desfavoráveis de clima e solo impedem que a experiência siga a diante.
1551	Membro da expedição colonizadora de Martim Afonso de Souza o jovem Brás Cubas insiste no cultivo de videiras transferindo suas plantações do litoral para o Planalto Atlântico. Em 1551, ele consegue elaborar o primeiro vinho brasileiro. Sua iniciativa, contudo, não é duradoura.
1626	A chegada dos jesuítas à região das missões, impulsiona a viticultura no sul do Brasil. A introdução de videiras no Rio Grande do Sul é creditada ao Padre Roque Gonzales de Santa Cruz, que conta com a ajuda de índios na elaboração de vinho, elemento das celebrações religiosas.
1640	É realizada a primeira degustação orientada no Brasil, relatada na 1ª Ata da Câmara de São Paulo. A intenção é padronizar os vinhos comercializados no país. A ação é voltada principalmente aos produtores do Sudeste, que persistem no cultivo de uvas em locais inadequados.
1732	Imigrantes portugueses, principalmente os açorianos, passam a povoar a zona litorânea do Rio Grande do Sul, formando colônias em Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre. Eles trazem mudas das ilhas dos Açores e da madeira, mas as plantações não ganham expressão.
1789	Percebendo a multiplicação das iniciativas em torno da viticultura no Brasil, a corte portuguesa proíbe o cultivo de uva no país como forma de proteger sua própria produção. A medida inibe a comercialização da bebida na colônia e restringe a atividade ao ambiente doméstico.
1808	No ano da transferência da coroa portuguesa para o Brasil, com a vinda da família real, não só é derrubada a proibição ao cultivo da uva como ganham corpo os hábitos em torno do vinho. A bebida é incorporada a refeições, reuniões sociais e às numerosas festividades religiosas.
1817	O pioneirismo gaúcho na viticultura se materializa na figura de Manoel Macedo, produtor da cidade de Rio Pardo. Em um período que se estende até 1835, ele registra a elaboração de até 45 pipas em um ano, o que lhe rende a primeira carta-patente para a produção da bebida no país.
1824	O início da colonização alemã amplia o número de imigrantes interessados em vinho. Na mesma época, o italiano João Batista Orsi se estabelece na Serra Gaúcha e, com a concessão de Dom Pedro I para o cultivo de uvas europeias, torna-se um dos percussores do ramo na região.
1840	Pelas mãos do inglês Thomas Messiter, são introduzidas no Rio Grande do Sul uvas <i>Vitis lambrusca</i> e <i>Vitis bourquina</i> , de origem americana. Mais resistentes a doenças, foram plantadas na Ilha dos Marinheiros, na Lagoa do Patos, mas logo se espalharam pelo Estado.
1860	A uva Isabel, uma das variedades americanas introduzidas no Rio Grande do Sul, ganha rapidamente a simpatia dos agricultores. Há registros de que, por volta de 1860, ela já formava vinhedos nas cidades de Pelotas, Viamão, Gravataí, Montenegro e municípios do Vale dos Sinos.

(conclusão)

1875	O grande salto na produção nacional de vinhos ocorre com a chegada dos imigrantes italianos. Trazendo de sua terra natal o conhecimento técnico de elaboração e a cultura do consumo, eles elevam a qualidade da bebida e conferem importância econômica a atividade.
1881	Ano do mais antigo registro de elaboração do vinho no Vale dos Vinhedos, no Rio Grande do Sul, com o apontamento de 500 mil litros produzidos na cidade de Garibaldi. O número consta em relatório feito em 1883 pelo cônsul da Itália, Enrico Perrod, depois de visita à região.
1929	O associativismo é adotado pelos agricultores. Em um período de 10 anos, 26 cooperativas são fundadas, entre elas algumas que seguem atuando até hoje. O modelo da competitividade aos pequenos produtores e os direciona a uma situação de equilíbrio alcançado na década seguinte.
1948	Frente à concorrência desordenada, a oscilação da qualidade e o crescimento da importância da atividade, é criado o Sindicato do Vinho, uma tentativa de organizar o setor. A iniciativa é articulada por Oswaldo Aranha, então secretário estadual do governador Getúlio Vargas.
1951	A transferência da vinícola Georges Aubert da França para o Brasil marca o início de um ciclo. O interesse de empresas estrangeiras no país, que se consolidaria na década de 70, aportou novas técnicas nos vinhedos e nas cantinas, além de ampliar as áreas de cultivo de uva.
1990	A melhoria das vinícolas, que ao longo da década de 80 foi marcada pela reconversão de vinhedos, ganha impulso a partir da abertura econômica do Brasil. O acesso a diferentes estilos de vinhos e a concorrência com os importados leva os produtores a aumentar a qualidade.
2002	Com a vitivinicultura consolidada em diferentes regiões, do Sul ao Nordeste do país, cada zona produtiva investe no desenvolvimento de uma identidade própria. O pioneiro neste rumo é o Vale dos Vinhedos, que conquista a Indicação de Procedência em 2002.

Fonte: Elaborado pelo autor (2019) baseado em IBRAVIN.

Diante da análise do Quadro 4 pode-se perceber que o vinho surgiu no Brasil ainda no século XVI, e desde então foi se expandindo e conquistando o paladar dos brasileiros, fomentando o cultivo das videiras e conseqüentemente o mercado.

Segundo o site Vinhos do Brasil (2018):

São aproximadamente 150 vinícolas elaborando vinhos finos espalhadas pelo país. A indústria vitivinícola brasileira é formada ainda por cerca de outras 1.000 vinícolas, a maioria instalada em pequenas propriedades (média de 2 hectares por família), dedicando-se à produção de vinhos de mesa ou artesanais. Ao todo, entre variedades viníferas e comuns, a área coberta por vinhedos no país é de aproximadamente 89.000 hectares, em polos localizados de norte a sul. A cadeia produtiva da uva e do vinho combina técnicas que garantem a qualidade de seus rótulos, como a colheita manual, com tecnologia de ponta nos processos de viticultura e vinificação. Nessas condições, o Brasil consegue dar origem a vinhos frescos, frutados e equilibrados, com teor de álcool moderado e muito prazerosos. (VINHOS DO BRASIL, 2018).

Conforme artigo publicado no jornal Pioneiro “Caxias do Sul produz 1,8 milhão de litros de suco de uva por ano”, O município está na sétima posição no ranking dos maiores produtores do Rio Grande do Sul. Caxias é o quarto maior produtor de uva do estado, com 3,8 mil hectares de área plantada e a estimativa de produção em 2019 é de 50 mil toneladas. (PIONEIRO, 2019). As principais regiões produtoras de videiras serão expostas a seguir.

2.6.1 Regiões produtoras

Hoje, a produção de vinhos finos no Brasil chega a 10.000 hectares de uvas *Vitis vinifera*, divididos principalmente entre seis regiões: Serra Gaúcha, Campanha, Serra do Sudeste e Campos de Cima da Serra, no Rio Grande do Sul, Planalto Catarinense, em Santa Catarina, e Vale do São Francisco, no Nordeste do país. (VINHOS DO BRASIL, 2018).

Segundo o site Vinhos do Brasil, dentre estas regiões, a Serra Gaúcha:

“E a maior e mais importante região vinícola do Brasil, respondendo por cerca de 85% da produção nacional de vinhos. Aproveita-se do solo basáltico e do clima temperado, úmido, com noites amenas, para cultivar uvas com personalidade forte. A Serra Gaúcha abrange hoje as cinco áreas de produção enológica certificadas do país. O Vale dos Vinhedos, que ocupa 72,45 quilômetros quadrados entre as cidades de Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo do Sul, foi pioneiro ao buscar a Denominação de Origem (DO) para seus rótulos. Seguindo seus passos, os municípios de Pinto Bandeira, Monte Belo do Sul e Farroupilha conquistaram a Indicação de Procedência (IP) para os rótulos lá elaborados, assim como a região dos Altos Montes, que abrange as cidades de Flores da Cunha e Nova Pádua”. (VINHOS DO BRASIL, 2018).

De acordo com o site Os Vinhos (2018), a serra gaúcha é responsável por 90% do vinho produzido no Brasil e o principal município produtor é Bento Gonçalves.

2.6.2 Sistemas de condução no plantio das videiras

A videira, é uma planta que, não pode ser cultivada satisfatoriamente sem alguma forma de suporte, a não ser em casos especiais e apresenta uma grande diversidade de arquitetura de seu dossel vegetativo e das partes perenes. O sistema de condução da videira é formado pelo dossel, do tronco e dos braços, juntamente com o sistema de sustentação. (MIELE; MANDELLI, 2003).

Alguns fatores devem ser levados em conta para a escolha do sistema de condução, como por exemplo: o objetivo da produção (qualidade x quantidade), a variedade, especialmente no que se relaciona ao hábito de frutificação, que pode exigir poda em cordão esporonado ou mista, neste caso deixando varas e esporões; tamanho do cacho; vigor da planta, que pode requerer altura e/ou largura maiores para uma melhor exposição ao sol, as condições do solo e do clima, a topografia do terreno, o método de colheita, manual ou mecânico, o custo de instalação e de manutenção dos postes e fios, a conjuntura econômica/rentabilidade do viticultor e a tradição. (MIELE; MANDELLI, 2003).

Existem diversos tipos de sistemas de condução das videiras, porém em regiões de clima temperado, são abordados os sistemas de condução latada e espaldeira, conforme segue.

2.6.2.1 Sistema de condução latada

O sistema de condução latada é também chamado de pérgola. É o sistema mais utilizado na Serra Gaúcha (Rio Grande do Sul) e no Vale do Rio do Peixe (Santa Catarina). Na América do Sul também é utilizado na Argentina, Chile e Uruguai. Já Na Europa, aparece em determinadas regiões vitícolas, especialmente na Itália, com denominações e formas diferenciadas. (MIELE; MANDELLI, 2003).

Os autores ainda expõem que o dossel é horizontal e a poda é mista ou em cordão esporonado, conforme a variedade de videira. As varas são atadas horizontalmente aos fios do sistema de sustentação do vinhedo. As videiras são alinhadas em fileiras distanciadas geralmente de 2,00 a 3,00 m, sendo 2,50 m o mais usual. A distância entre plantas é de 1,50 a 2,00 m, conforme a variedade e o vigor da videira. A zona de produção da uva situa-se a aproximadamente 1,80 m do solo. A carga de gemas também é variável, sendo em geral de 100 mil a 140 mil gemas/há. A Figura 2 apresenta a produção de uvas pelo sistema Latada.

Figura 2 – Produção de uvas pelo sistema Latada



Fonte: Miele e Mandelli (2003).

Este sistema de condução possui algumas vantagens e desvantagens, conforme apresentadas no Quadro 5.

Quadro 5 - Principais Vantagens e Desvantagens do Sistema Latada

Vantagens	Proporciona o desenvolvimento de videiras vigorosas, que podem armazenar boas quantidades de material de reserva, como o amido;
	Permite uma área do dossel extensa, com grande carga de gemas. Isto proporciona elevado número de cachos e alta produtividade;
	Em função de sua produtividade, possui uma boa rentabilidade econômica especialmente em pequenas propriedades;
	É de fácil adaptação à topografia de regiões montanhosas, como a Serra Gaúcha e o Vale do Rio do Peixe;
	Facilita a locomoção dos viticultores, que pode ser feita em todas as direções.
Desvantagens	Os custos de implantação e de manutenção do sistema de sustentação são elevados;
	A posição do dossel e dos frutos situados horizontalmente acima do trabalhador causa transtornos à execução das práticas culturais;
	A posição horizontal do dossel e o vigor excessivo das videiras podem causar sombreamento, afetar negativamente o microclima, a fertilidade das gemas e a qualidade da uva e do vinho;
	O elevado índice de área foliar, se o dossel não for bem manejado, pode proporcionar maior umidade na região dos cachos e das folhas, o que favorece o aparecimento de doenças fúngicas;
	O sistema de sustentação necessita ser sólido para suportar o peso do dossel e da produção e o impacto do vento;
	A área máxima recomendada de cada parcela de um vinhedo conduzido em latada é de 4 ha.

Fonte: Elaborado pelo autor (2018), baseado em Miele e Mandelli (2003).

Conforme Miele e Mandelli (2003), no sistema de condução latada, “o sistema de sustentação deve suportar o peso da uva, dos braços, dos ramos e folhas. Além disso, deve-se considerar o impacto de acidentes durante as operações no vinhedo e os efeitos de ventos e de chuvas muito intensas”.

2.6.2.2 Sistema de condução espaldeira

O sistema de condução espaldeira é um dos mais utilizados pelos viticultores nos principais países vitivinícolas do mundo. No Rio Grande do Sul, este sistema de condução é encontrado principalmente na região da Campanha, Serra do Sudeste e Serra Gaúcha.

As videiras que são conduzidas pelo sistema em espaldeira dossel vertical. Com relação a poda pode ser mista, onde deixam-se duas varas/planta, ou em cordão esporonado onde há dois cordões/planta. As varas são atadas horizontalmente aos fios da produção do sistema de sustentação do vinhedo. Em caso de necessidade, os ramos são despontados. (MIELE; MANDELLI, 2003).

Ainda segundo os autores, este sistema de condução possui algumas vantagens e desvantagens, conforme apresentadas no Quadro 6.

Quadro 6 - Principais Vantagens e Desvantagens do Sistema Espaldeira

Vantagens	Adapta-se bem ao hábito vegetativo da maior parte das viníferas;
	Os frutos situam-se numa área do dossel vegetativo e as extremidades dos ramos em outra: isso facilita as operações mecanizadas, como remoção de folhas, pulverizações dos cachos e desponta;
	Apresenta boa aeração;
	Pode ser ampliado paulatinamente, pois a estrutura de cada fileira é independente;
	O custo de implantação é menor que o do latada;
	É atrativo aos olhos, especialmente quando se faz a desponta.
Desvantagens	Apresenta tendência ao sombreamento, portanto não é indicado para cultivares muito vigorosas ou para solos muito férteis;
	A densidade de ramos geralmente é muito elevada;
	Se a distância das fileiras for maior que 3,00 m, a área de superfície do dossel vegetativo será pequena;
	É necessário compensar a perda exagerada da produtividade com elevada carga de gemas o que aumenta o sombreamento e diminui a qualidade da uva e do vinho.

Fonte: Elaborado pelo autor (2018), baseado em Miele e Mandelli (2003).

A distância entre as fileiras varia de 2,00 a 2,50 m, mas se a altura do dossel vegetativo for de 1,00 m a captação da radiação solar é maximizada com fileiras distanciadas de 1,00 m. A distância entre plantas é de 1,20 a 2,00 m, conforme a variedade e a fertilidade do solo. A zona de produção geralmente situa-se entre 1,00 e 1,20 m do solo. Deixam-se de 65 mil a 80 mil gemas/ha, dependendo principalmente da variedade. A altura do sistema de sustentação do solo até a parte superior é de 2,00 a 2,20 m. (MIELE; MANDELLI, 2003).

A estrutura do sistema de sustentação é formada de postes externos e internos, rabichos, tutores e fios. Os postes externos podem ser de pedra, concreto ou madeira. Devem ter 2,50 m de comprimento e são colocados nas extremidades das fileiras. Os postes internos geralmente são de madeira tratada e medem 2,20 m de comprimento e são colocados com espaçamento de 5,0 a 6,0m (MIELE; MANDELLI, 2003), conforme pode ser observado na Figura 3.

Figura 3 – Produção de uvas pelo sistema Espaladeira



Fonte: Todovinho (2012).

2.6.3 Cultivares de videiras

Existe uma infinidade de cultivares de videiras no Brasil. Nesta subseção serão abordadas as produzidas pelo produtor rural em questão.

2.6.3.1 Bordô

A cultivar bordô depende de frio, portanto tem melhor desenvolvimento em regiões com inverno definido, tendo dificuldades crescimento em regiões de clima tropical. Desta forma, o cultivo dessa variedade está restrito aos polos do Sul de Minas Gerais e Norte do Paraná, além dos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Possui grande resistência a doenças fúngicas e normalmente é plantada de pé-franco. Além disso, esta variedade tem alta concentração de matéria corante, sendo ideal para utilização em vinhos e sucos. (MAIA; CAMARGO, 2005).

Bordô também é conhecida por Ives Seedling. A brotação ocorre em meados de Agosto a início de Setembro, e a colheita de meados de Janeiro a final de Fevereiro. É altamente resistente à antracnose, tolerante ao míldio e resistente às podridões. (GIOVANNINI, 2014). A Figura 4 apresenta a BRS Bordô.

Figura 4 - BRS Bordô



Fonte: Pérgola (2018).

É uma cultivar rústica e necessita de poucos cuidados. “É interessante para os cultivos agroecológicos devido à sua alta resistência à maior parte das moléstias fúngicas, sendo, inclusive, sensível a alguns produtos fitossanitários”. (GIOVANNINI, 2014, p. 90).

2.6.3.2 Magna

A uva BRS Magna é uma cultivar com alto potencial qualitativo, podendo ser utilizada “tanto para produção de suco natural e integral quanto suco concentrado, puro ou com corte entre cultivares, sobretudo permitindo melhorar a qualidade do suco a partir da diversificação da matriz varietal de uvas”. (EMBRAPA, 2012).

A Magna é resultante do cruzamento entre as uvas ‘BRS Rúbea’ e ‘IAC 1398-21’ (‘Traviú’), realizado em 1999, na Embrapa Uva e Vinho, em Bento Gonçalves, RS. Na Serra Gaúcha, esta cultivar inicia o ciclo em meados de Setembro, e é colhida no início de Fevereiro. (EMBRAPA, 2012). A Figura 5 apresenta a BRS Magna.

Figura 5 - BRS Magna



Fonte: Nordeste Rural (2015).

De acordo com Embrapa (2012):

Apesar do grande número de cultivares de uvas com aptidão para suco, faltam cultivares com alto grau de açúcar, matéria corante, resistência a pragas e doenças, de diferentes ciclos produtivos e adaptação a diferentes condições climáticas, que possam compor uma nova matriz produtiva visando dar sustentabilidade ao produtor rural e também à indústria de larga escala, assim como dar suporte ao estabelecimento de pequenas indústrias na agricultura familiar. Após aproximadamente dez anos de avaliação foi possível, por meio do melhoramento genético, desenvolver a nova cultivar ‘BRS Magna’ para suprir esta lacuna tecnológica e contribuir para a sustentabilidade da produção de suco de uva no Brasil. (EMBRAPA, 2012).

Para esta cultivar, o sistema de condução mais indicado é o latada, “tendo em vista o hábito de crescimento prostrado e considerando a exigência de poda longa para produção. As plantas devem ser formadas com dois braços, em sentidos opostos, seguindo o alinhamento da rua”. (EMBRAPA, 2012, p. 5-6).

2.6.3.3 Violeta

A cultivar 'BRS Violeta', lançada em 2006, é bem adaptada à região Sul do Brasil, que tem clima temperado e subtropical, como também, em regiões tropicais. Foi obtida a partir de cruzamento 'BRS Rúbea' x 'IAC 1398-21', tem alta fertilidade, normalmente com dois cachos por broto, elevando sua capacidade produtiva. (EMBRAPA, 2006). A Figura 6 mostra a BRS Violeta.

Figura 6 - BRS Violeta



Fonte: Agron (2013).

Seu cacho tem tamanho médio, pesando em torno de 150 g, cilindro-cônico, alado, solto a medianamente cheio, pedúnculo de comprimento médio. Suas bagas têm um tamanho médio, 15 mm de diâmetro, esférica, com preto-azulada, película espessa e resistente, polpa colorida, fundente, sabor aframboesado e sementes normais. (EMBRAPA, 2006).

3 METODOLOGIA

Para Casarin e Casarin (2012, p. 105), “Em linhas gerais, a metodologia explicita a forma como o pesquisador irá conduzir o seu projeto de pesquisa, visando alcançar os objetivos propostos inicialmente”. Em concordância, para Oliveira et al. (2003, p. 135), “Método nada mais é que o caminho a ser percorrido para atingir o objetivo proposto”.

Este capítulo apresentará o delineamento da pesquisa, os objetivos do estudo, os procedimentos de coleta de dados, a abordagem do problema e os instrumentos de coleta. O presente estudo foi caracterizado como uma pesquisa bibliográfica, de natureza quantitativa. Quanto aos objetivos, podemos enquadrar como uma pesquisa exploratória e em relação à estratégia, foi utilizado o método estudo de caso, tendo em vista que a pesquisa se desenvolveu em uma única propriedade rural.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Quanto à forma de abordagem do problema, será realizada uma pesquisa quantitativa, pois será feita análise de dados para a obtenção de um resultado concreto. Conforme Diehl e Tatim (2004), “a pesquisa quantitativa caracteriza-se pelo uso da quantificação tanto na coleta quanto no tratamento das informações por meio de técnicas estatísticas”. Segundo Mascarenhas (2012, p.45) “a pesquisa quantitativa baseia-se na quantificação para coletar e, mais tarde tratar os dados obtidos”.

3.2 OBJETIVOS DO ESTUDO

O método de pesquisa utilizado para os objetivos do estudo é exploratório, que conforme Beuren (2004, p. 81) “O estudo exploratório apresenta-se como um primeiro passo no campo científico, a fim de possibilitar a realização de outros tipos de pesquisa acerca do mesmo tema, como pesquisa descritiva e a pesquisa explicativa”.

Conforme Eckert (2017, p. 29) pesquisa exploratória, geralmente ocorre quando o conhecimento sobre o assunto não é amplo. Esse estudo exploratório,

busca conhecer melhor de modo a torna-lo mais claro, ou conduzir importantes questões para a condução do estudo.

3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Inicialmente será realizada uma pesquisa bibliográfica, que conforme Casarin e Casarin (2012, p. 46), “Neste tipo de pesquisa, é possível verificar o que já foi produzido em estudos anteriores a respeito do assunto”. Para Gil (2002, p. 45), “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

Para o levantamento de dados será utilizado o estudo de caso que conforme Gil (2002, p. 54), “Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”. Casarin e Casarin (2012) destacam as vantagens do estudo de caso como “o estímulo a novas descobertas, a ênfase na totalidade e a simplicidade dos procedimentos”. (CASARIN; CASARIN, 2012, p. 61).

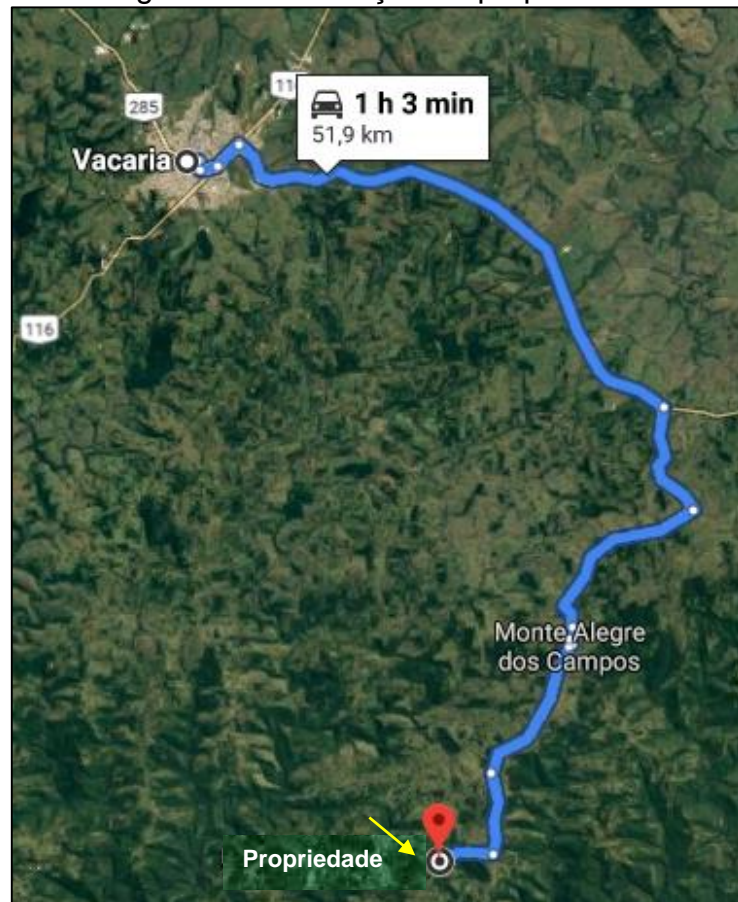
O estudo de caso se dará através da interpretação e análise dos dados coletados da propriedade rural, elaboração tabelas das informações levantadas em planilhas eletrônicas, levantamento dos dados contábeis e gerenciais e análise dos dados levantados utilizando o referencial teórico, em conformidade aos objetivos e a questão de pesquisa.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Nesta parte do estudo será apresentada a viabilidade do plantio de três cultivares de videiras bordô, magna e violeta, conduzidas de forma latada em uma pequena propriedade rural, localizada na Capela Nossa Senhora da Saúde, 5º distrito de Monte Alegre dos Campos no Estado do Rio Grande do Sul, a aproximadamente 52 Km de Vacaria.

O município de Monte Alegre dos Campos foi desmembrado de Vacaria no ano de 1995 e conforme dados do IBGE (2019), no ano de 2010 possuía 3.102 habitantes. A Figura 7 mostra a localização da propriedade.

Figura 7 - Localização da propriedade



Fonte: Google Maps (2019).

Atualmente, a propriedade possui 21 hectares de área total, sendo 9, utilizados para o cultivo de videiras, sendo estas das cultivares Bordô, Magna e Violeta. O restante é ocupado por benfeitorias, matas, estradas e açude.

A propriedade foi adquirida no ano de 1969 pelo pai do atual proprietário, e era utilizada apenas para pecuária. O produtor em estudo não tinha interesse em seguir o mesmo ramo do pai e em 2009, começou com o cultivo de culturas permanentes através da plantação da primeira quadra de parreiras da cultivar Bordô, com área de 3 hectares. O interesse em plantar uvas se deu pelo fato de o sogro e os cunhados já serem produtores desta cultura e já possuírem o maquinário necessário para o trabalho, podendo ser utilizados em conjunto, facilitando o cultivo.

Para não deixar a terra que possuía, inutilizada, em 2011 foi ampliado o empreendimento, quando o proprietário insere mais um parreiral com área de 1 hectare da cultivar Violeta. Após passados dois anos, houve a ampliação de mais uma quadra de 2 hectares da cultivar Bordô.

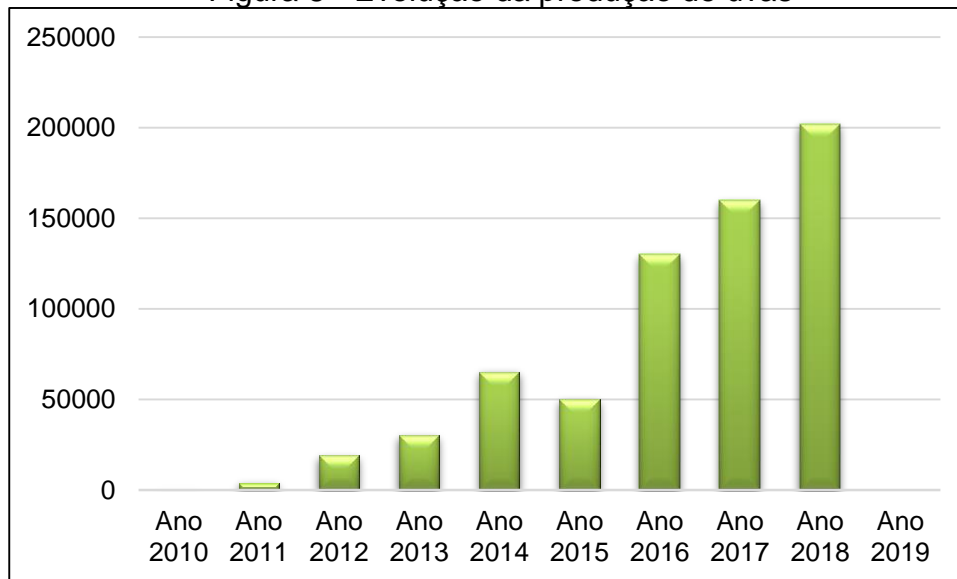
Já em 2015 outra quadra com 1 hectare de área, da cultivar Magna, foi plantada, esta variedade ainda não era cultivada na região. Após pesquisas feitas na internet pelo próprio produtor, chamou atenção pois prometia ser muito produtiva, então decidiu plantá-la, sendo o primeiro da região a cultivá-la.

No ano seguinte, foi preparado o solo para a plantação de mais 1 hectare desta mesma cultivar. Em 2017, o proprietário tinha ainda 1 hectare de terra disponível para utilização e resolveu plantar 0,5 hectare de Magna e 0,5 hectare de Violeta.

O proprietário mora na cidade de Vacaria junto com sua família e são eles que cuidam da propriedade durante os finais de semana, apenas contratam ajudantes para realizar as atividades na época de poda e colheita. A família possui outras atividades de obtenção de renda além da viticultura.

A proposta de desenvolver este trabalho deve-se ao fato do proprietário não possuir acompanhamento por um profissional com conhecimentos contábeis sobre custos, despesas e receitas, bem como saber qual cultivar de videira produzida possui a maior lucratividade. A renda da família oriunda da atividade da agricultura pode variar significativamente de ano para ano, pois depende muito das variações do tempo, além da necessidade de acompanhar a evolução dos gastos com o retorno da receita. Na Figura 8 pode-se observar o crescimento na produção de uvas da propriedade em estudo.

Figura 8 - Evolução da produção de uvas



Fonte: Dados do produtor, elaborado pelo autor (2019).

Como se observa na Figura 8, a produção de uvas foi subindo gradativamente, o ano de 2010 foi o início da produção, que alcançou 400 kg, no ano seguinte esse número passou para 4.000 kg. Observa-se que a partir de 2012 o crescimento aconteceu, devido ao aumento de quadras e o melhor desempenho das videiras. No ano de 2015 nota-se uma redução, causada por uma geada tardia que atingiu os parreirais.

No ano de 2016 atingiu-se 130.000 kg de produção e em 2018 foi o ápice da produção com 202.000 kg. No ano de 2019 teve uma queda na produção, devido a uma chuva de pedra que ocorreu no período de preenchimento do grão, com perda de 100%. Caso não tivesse ocorrido este fato, teria obtido a melhor safra de produção, chegaria aos seus 240.000 kg por estimativa do proprietário e de compradores que estiveram no local, como também em vistorias do seguro. A seguir será exposta a forma comercialização da uva produzida.

4.1 PROCESSO DE PRODUÇÃO DA UVA

O processo de produção e cultivo das videiras é definido em etapas, que vai da aração do solo até a entrega do produto ao seu destino final. A primeira etapa é a aração do solo, seguida do preparo do mesmo (adubação, retirada de pedras), gradagem). Na sequência, é construído o parreiral com a colocação de apenas

algumas escoras para que seja possível fazer mais uma aração, proporcionando uma terra macia, e posteriormente ocorre o plantio das mudas de videiras. O plantio pode ser feito nos meses de agosto e setembro.

No caso de parreiras formadas, a preparação do vinhedo para a safra tem início em junho, nesse período é feita a poda seca e em seguida, a amarração. De julho a janeiro é realizada a aplicação de fertilizantes e de os tratamentos, que tem por finalidade o fortalecimento das plantas, contribuindo para o bom desenvolvimento das mesmas e afastando as pragas.

No final do mês de janeiro até os meados do mês de fevereiro, temos o período de colheita da uva, que ocorre com a comercialização e entrega da safra ao cliente. A Figura 9 mostra a videira na época da colheita.

Figura 9 - Videira na época de colheita



Fonte: Acervo pessoal do produtor (2018).

Como pode ser observado na Figura 9 a uva já está sendo colhida, neste caso o produtor está colhendo a uva Violeta.

4.2 COMERCIALIZAÇÃO DA UVA

A comercialização das uvas ocorre para a produção de sucos e vinhos. A comercialização é umas das etapas finais do ciclo produtivo por parte do produtor. Para a comercialização da uva, o produtor entrega sua produção direto para a cantina de sua escolha, onde é feito um cadastro com a variedade, quantos hectares plantados, e a estimativa de produção da safra. O período de recebimento da uva varia de acordo com as variedades. No caso do produtor em estudo, a colheita inicia-se no final do mês de janeiro e se estende até meados de fevereiro.

O produtor deverá ter alguns cuidados para a colheita, pois um dos fatores que interferem diretamente do preço de venda, é o grau brix (nível de açúcar da uva). Para medir este grau, existe um aparelho chamado de refratômetro. A chuva e o calor na época da colheita, influenciam diretamente no grau brix da uva.

Mesmo que tenha um tabelamento definido pelo Governo Federal, se a uva não apresentar o grau brix mínimo estabelecido, o valor recebido poderá diminuir. O grau brix depende de cada variedade, oscilando de 13 grau brix a 17 grau brix, nas uvas de variedade Bordô, Violeta e Magna.

Feita a colheita, o transporte até a cantina é de responsabilidade do produtor, sendo transportada por veículo próprio. Obrigatoriamente segue junto com o veículo, a Nota Fiscal de Saída do Produto, emitida em Talão de Produtor Rural. Na cantina, o recebimento é feito em caixas como mostra a Figura 10.

Figura 10 - Uva bordô em caixa Safra 2016/2017



Fonte: Acervo pessoal do produtor (2017).

Após a chegada na cantina, é feita a verificação do grau da uva, em seguida é realizado o descarregamento das caixas e pesagem destas, para saber a quantidade de uva entregue. O produtor recebe a contra nota da empresa compradora, onde consta o peso, o grau brix e o valor do produto, com também as outras informações e dados da Nota Fiscal.

Na sequência do estudo, apresenta-se o investimento incorrido na implantação, condução e colheita de um hectare de parreiral.

4.3 APRESENTAÇÃO DO INVESTIMENTO NAS VIDEIRAS

O custo inicial do investimento para a implantação de 1 hectare de parreiral, foi realizada através de pesquisa dentre alguns fornecedores da região, e é composta por todo material necessário para a estrutura do parreiral, adubação do solo, bem como a quantidade de horas máquinas e mão de obra para a construção. Este investimento é necessário para cada cultivar analisada. No Quadro 7, pode-se identificar a composição dos investimentos necessários.

Quadro 7 - Base de Investimentos

Descrição - 1 hectare	Unidades	Quantidade	Valor unitário	Valor total	Percentual
Mudas	Unidades	2000	R\$ 8,50	R\$ 17.000,00	27,47%
Escoras eucalipto	Unidades	1820	R\$ 4,00	R\$ 7.280,00	11,76%
Cordoalha 3 fios	Unidades	11	R\$ 650,00	R\$ 7.150,00	11,55%
Mão de obra	Dias	20	R\$ 350,00	R\$ 7.000,00	11,31%
Palanque pedra 13x12	Unidades	196	R\$ 35,00	R\$ 6.860,00	11,09%
Arame ovalado	Unidades	20	R\$ 330,00	R\$ 6.600,00	10,67%
Horas máquinas	Horas	30	R\$ 100,00	R\$ 3.000,00	4,85%
Piquete de pedra	Unidades	178	R\$ 15,00	R\$ 2.670,00	4,31%
Calcário	T	10	R\$ 130,00	R\$ 1.300,00	2,10%
Cordoalha 9 fios	M	120	R\$ 6,00	R\$ 720,00	1,16%
Palanque cantonal 30x40 - 2,0m	Unidades	4	R\$ 150,00	R\$ 600,00	0,97%
Piquete de cantonal 30x40 - 2,1m	Unidades	4	R\$ 150,00	R\$ 600,00	0,97%
Super fosfato triplo	KG	6	R\$ 100,00	R\$ 600,00	0,97%
Cloreto de potássio	KG	3	R\$ 93,00	R\$ 279,00	0,45%
Boro	KG	1	R\$ 200,00	R\$ 200,00	0,32%
Arame 0,8 mm	KG	10	R\$ 2,00	R\$ 20,00	0,03%
TOTAL INVESTIMENTO INICIAL				R\$ 61.879,00	100%

Fonte: Dados do produtor, elaborado pelo autor (2019).

Observa-se no Quadro 7, a composição detalhada da análise do investimento para a implantação de 1 hectare de parreiral de cada cultivar, em área já pertencente ao produtor em questão. Os valores mais significantes são os materiais para a

estrutura do parreiral como piquetes, palanques, cordoalhas e arames, no valor de R\$ 25.220,00 refletindo aproximadamente 40,76% do investimento.

Percebe-se que o custo com as mudas e as escoras de eucalipto, somam R\$ 24.280,00 e representam cerca de 39,24%. A mão de obra utilizada na construção de um hectare é empreitada no valor de R\$ 7.000,00, representando 11,31% do investimento total.

O orçamento abrange inclusive a preparação do solo, isto é, aplicação de calcário, boro, cloreto de potássio e super fosfato triplo, que simbolizam em torno de 8,69%, ou seja, R\$ 5.379,00.

Após a implantação do parreiral, o produtor tem gastos com a condução das videiras, sendo necessário alguns cuidados e a utilização de insumos agrícolas para que elas estejam saudáveis no momento da colheita. Pode-se destacar em uma produção de uvas os custos com insumos, mão de obra, impostos, seguro, conforme será exposto a seguir.

4.4 DADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

Para que fosse possível mostrar ao produtor qual a variedade possui o maior retorno financeiro, foi necessário localizar documentos e realizar entrevistas com o proprietário do vinhedo, a fim de evidenciar de maneira quantitativa os resultados, uma vez que, o mesmo deseja saber a análise do desempenho de três cultivares de videiras.

4.4.1 Custos na condução das videiras

A videira é uma cultura permanente, e é necessário realizar regularmente a adubação do solo. Dessa forma, os insumos agrícolas são de importância na obtenção da boa qualidade da uva. Consideram-se insumos básicos e fundamentais, os fertilizantes e defensivos, pois eles auxiliam na fertilidade do solo e no controle de pragas e doenças desta cultura.

A propriedade não possui estoque de insumos, adquirindo-os somente conforme a necessidade de utilização, a cada etapa do ciclo de produção. A

quantidade e periodicidade na aplicação dos defensivos e fertilizantes são realizadas pelo proprietário.

Além dos custos com insumos agrícolas, tem-se também custos com mão-de-obra, esta é contratada por empreitadas nos períodos de poda seca e colheita, sendo assim, o produtor não tem custos com encargos sociais. Para a atividade de poda e amarração, que geralmente é feita no mês de agosto, o serviço é empreitado com um valor pré-definido por planta.

Na colheita, o feitiço também é terceirizado, e o pagamento é feito por caixas, onde cada uma contém em média 26kg de uva. Como a Violeta e Magna são cultivares de maior produtividade, a quantidade de caixas colhidas por hectare aumenta e conseqüentemente o valor gasto com esta também.

O produtor em estudo contrata seguro anual contra granizo e queda de parreirais. Ainda tem custos com horas máquinas que engloba óleo diesel utilizado no trator, gastos com equipamentos agrícolas, ou seja, troca de óleos e manutenção corretiva do trator e dos implementos. Há também o custo com o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR). Nesse contexto, mostra-se o levantamento dos custos com base na safra 2017/2018 das cultivares produzidas.

No Quadro 8 pode-se observar os custos de produção para 1 hectare de uva Bordô.

Quadro 8 - Custos de Produção - Uva Bordô

Itens	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Valor total
Score	ml	200	R\$ 17,40	R\$ 3.480,00
Mão-de-obra - Colheita	caixa	1154	R\$ 3,00	R\$ 3.462,00
Seguro	hec	1	R\$ 1.960,00	R\$ 1.960,00
Mão-de-obra - Poda	planta	2000	R\$ 0,90	R\$ 1.800,00
Horas máquinas	hr	10	R\$ 100,00	R\$ 1.000,00
Adubo	sc	8	R\$ 85,00	R\$ 680,00
Gastos com equipamentos agrícolas	-	-	-	R\$ 620,00
Mão-de-obra - Amarração	planta	2000	R\$ 0,20	R\$ 400,00
Delan	kg	2	R\$ 157,00	R\$ 314,00
Rovral	l	2	R\$ 120,00	R\$ 240,00
Nativo	l	2,8	R\$ 85,00	R\$ 238,00
Potássio	sc	2	R\$ 95,00	R\$ 190,00
Ureia	sc	2	R\$ 80,00	R\$ 160,00
Prevenil	l	4	R\$ 31,00	R\$ 124,00
Curzate	kg	2	R\$ 50,00	R\$ 100,00
Recop	kg	4	R\$ 24,00	R\$ 96,00
Gramoxone	l	4	R\$ 13,80	R\$ 55,20
Folpan	kg	2	R\$ 27,00	R\$ 54,00
Mustang	ml	400	R\$ 0,08	R\$ 32,00
Cercobin	kg	1	R\$ 31,00	R\$ 31,00
Impostos (ITR)	hec	1	R\$ 23,25	R\$ 23,25
TOTAL				R\$ 15.059,45

Fonte: Dados do produtor, elaborado pelo autor (2019).

No quadro acima, pode-se analisar o custo que o produtor em estudo tem, em cada hectare de Bordô, em um ano produtivo, R\$15.059,45. O maior custo desta cultivar é com defensivos agrícolas e fertilizantes que somam R\$ 5.794,20 que equivale a 38,48% dos custos totais.

Em segundo lugar, tem-se o custo com a mão-de-obra, totalizando R\$ 5.662,00, o que representa 37,60%. Após há o custo com seguro, R\$ 1.960,00, simbolizando 13,02%. Em seguida, encontra-se o custo com horas máquinas, que constitui-se de R\$ 1.000,00, ou seja, 6,64%. Os gastos com equipamentos e impostos totalizam R\$ 643,25, 4,27%.

No Quadro 9 pode-se observar os custos de produção para 1 hectare de uva Violeta.

Quadro 9 - Custos de Produção - Uva Violeta

Itens	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Valor total
Mão-de-obra - Colheita	caixa	1615	R\$ 3,00	R\$ 4.845,00
Score	ml	200	R\$ 17,40	R\$ 3.480,00
Seguro	hec	1	R\$ 1.960,00	R\$ 1.960,00
Mão-de-obra - Poda	planta	2000	R\$ 0,90	R\$ 1.800,00
Horas máquinas	hr	12	R\$ 100,00	R\$ 1.200,00
Adubo	sc	8	R\$ 85,00	R\$ 680,00
Gastos com equipamentos agrícolas	-	-	-	R\$ 620,00
Delan	kg	3	R\$ 157,00	R\$ 471,00
Mão-de-obra - Amarração	planta	2000	R\$ 0,20	R\$ 400,00
Nativo	l	3,8	R\$ 85,00	R\$ 323,00
Rovral	l	2	R\$ 120,00	R\$ 240,00
Ureia	sc	3	R\$ 80,00	R\$ 240,00
Curzate	kg	4	R\$ 50,00	R\$ 200,00
Potássio	sc	2	R\$ 95,00	R\$ 190,00
Prevenil	kg	4	R\$ 31,00	R\$ 124,00
Recop	kg	4	R\$ 24,00	R\$ 96,00
Folpan	kg	3	R\$ 27,00	R\$ 81,00
Gramoxone	l	4	R\$ 13,80	R\$ 55,20
Mustang	ml	600	R\$ 0,08	R\$ 48,00
Cercobin	kg	1	R\$ 31,00	R\$ 31,00
Impostos (ITR)	hec	1	R\$ 23,25	R\$ 23,25
TOTAL				R\$ 17.107,45

Fonte: Dados do produtor, elaborado pelo autor (2019).

No quadro acima, pode-se analisar o custo que o produtor em estudo tem, em cada hectare de Violeta, em um ano produtivo, R\$17.107,45. Pode-se observar que nesta cultivar o maior custo é com mão-de-obra, totalizando R\$ 7.045,00, o que representa 41,18%.

Em segundo lugar, tem-se o custo com defensivos agrícolas e fertilizantes que somam R\$ 6.259,20 que equivale a 38,48% dos custos totais. Após há o custo com seguro, R\$ 1.960,00, simbolizando 11,46%. Em seguida, encontra-se o custo com horas máquinas, que constitui-se de R\$ 1.200,00, ou seja, 7,01%. Os gastos com equipamentos e impostos totalizam R\$ 643,25, 3,76%.

No Quadro 10 pode-se observar os custos de produção para 1 hectare de uva Magna.

Quadro 10 - Custos de Produção - Uva Magna

Itens	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Valor total
Mão-de-obra - Colheita	caixa	1692	R\$ 3,00	R\$ 5.076,00
Score	ml	200	R\$ 17,40	R\$ 3.480,00
Seguro	hec	1	R\$ 1.960,00	R\$ 1.960,00
Mão-de-obra - Poda	planta	2000	R\$ 0,90	R\$ 1.800,00
Horas máquinas	hr	13	R\$ 100,00	R\$ 1.300,00
Adubo	sc	8	R\$ 85,00	R\$ 680,00
Delan	kg	4	R\$ 157,00	R\$ 628,00
Gastos com equipamentos agrícolas	-	-	-	R\$ 620,00
Mão-de-obra - Amarração	planta	2000	R\$ 0,20	R\$ 400,00
Nativo	l	3,8	R\$ 85,00	R\$ 323,00
Curzate	kg	6	R\$ 50,00	R\$ 300,00
Rovral	l	2	R\$ 120,00	R\$ 240,00
Ureia	sc	3	R\$ 80,00	R\$ 240,00
Potássio	sc	2	R\$ 95,00	R\$ 190,00
Prevenil	kg	4	R\$ 31,00	R\$ 124,00
Recop	kg	4	R\$ 24,00	R\$ 96,00
Folpan	kg	3	R\$ 27,00	R\$ 81,00
Gramoxone	l	4	R\$ 13,80	R\$ 55,20
Mustang	ml	600	R\$ 0,08	R\$ 48,00
Cercobin	kg	1	R\$ 31,00	R\$ 31,00
Impostos (ITR)	hec	1	R\$ 23,25	R\$ 23,25
TOTAL				R\$ 17.695,45

Fonte: Dados do produtor, elaborado pelo autor (2019).

No quadro acima, pode-se analisar o custo que o produtor em estudo tem, em cada hectare de Violeta, em um ano produtivo, R\$17.695,45. Pode-se observar que nesta cultivar também o maior custo é com mão-de-obra, totalizando R\$ 7.276,00, o que representa 41,12%.

Em segundo lugar, tem-se o custo com defensivos agrícolas e fertilizantes que somam R\$ 6.516,20 que equivale a 36,82% dos custos totais. Após há o custo com seguro, R\$ 1.960,00, simbolizando 11,08%. Em seguida, encontra-se o custo com horas máquinas, que constitui-se de R\$ 1.300,00, ou seja, 7,35%. Os gastos com equipamentos e impostos totalizam R\$ 643,25, 3,63%.

Pode-se observar, diante da análise dos quadros 8, 9 e 10, que a cultivar Magna é a que possui o maior custo de produção, pois como produz mais, necessita de mais tratamentos e conseqüentemente maior quantidade de mão de obra na colheita.

Após estimados os custos totais para a produção de 1 hectare de cada variedade, conseguiu-se calcular o custo unitário de cada kilo produzido. O Quadro

11, apresenta os custos unitários de cada kilo, obtidos através da divisão do custo de produção pelo total da produção, com base na safra 2017/2018.

Quadro 11 - Custos unitários

	Bordô	Violeta	Magna
Custo de produção 1 hec	R\$ 15.059,45	R\$ 17.107,45	R\$ 17.695,45
Produção de 1 hec (kg)	30.000	42.000	44.000
Custo unitário	R\$ 0,50	R\$ 0,41	R\$ 0,40

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Conforme consta no Quadro 11, na safra de 2017/2018, em um hectare colheu-se 30.000 kg de uva bordô, e teve-se um custo de R\$ 15.059,45, resultando em um custo unitário por kg de R\$ 0,50. Na cultivar violeta, o custo de produção foi de R\$ 17.107,45, rendendo 42.000 kg, obtendo-se um custo unitário de R\$ 0,41 a cada kg produzido. O custo de produção da variedade magna foi de R\$ 17.695,45, colheu-se 44.000 kg, tendo um custo unitário de R\$ 0,40 o kg.

Os bens utilizados na condução das videiras, com a sua utilização e ação do tempo, sofrem depreciação, ou seja, há a redução do seu valor.

4.4.2 Depreciação

Depreciação, conforme Padoveze (2013), é a perda de valor de um imobilizado que se dá pelo uso e desgaste e pela obsolescência. Essa perda de valor sendo um gasto industrial é considerado custo. Logo, a depreciação significa a diferença entre o valor do bem novo e do bem usado. Os Quadros 12 e 13 apresentam os valores obtidos pelos cálculos de depreciação nos bens utilizados nas videiras e do próprio parreiral.

Quadro 12 - Depreciação

Item	Descrição do bem	Ano do bem	Ano de aquisição	Vida útil (anos)	Taxa de depreciação o por ano	Valor do bem	Valor de mercado atual
1	Caminhão	1994	2008	30	3,3%	R\$ 68.000,00	R\$ 60.000,00
2	Carretão	2009	2009	30	3,3%	R\$ 3.000,00	R\$ 2.000,00
3	Lança	2011	2011	10	10%	R\$ 4.500,00	R\$ 2.000,00
4	Plataforma agrícola	2009	2009	15	6,7%	R\$ 5.000,00	R\$ 2.000,00
5	Pulverizador Jacto 600l	2014	2014	15	6,7%	R\$ 20.000,00	R\$ 15.000,00
6	Pulverizador agrícola 200l	2017	2017	15	6,7%	R\$ 3.000,00	R\$ 2.500,00
7	Trator Yanmar	2015	2015	20	5%	R\$ 80.000,00	R\$ 64.000,00
8	Parreiral	-	-	30	3,3%	R\$ 61.879,00	-
TOTAL						R\$ 245.379,00	R\$ 147.500,00

Fonte: Dados do produtor, elaborado pelo autor (2019).

O Quadro 13 apresenta a continuação do cálculo da depreciação.

Quadro 13 - Depreciação

Item	Valor Residual	Base de cálculo para depreciação	Depreciação anual	Depreciação Mensal	Tempo de uso na produção (meses)	Depreciação 9 hectares	Depreciação 1 hectare
1	R\$ 13.600,00	R\$ 46.400,00	R\$ 1.531,20	R\$ 127,60	1	R\$ 127,60	R\$ 14,18
2	R\$ 600,00	R\$ 1.400,00	R\$ 46,20	R\$ 3,85	2	R\$ 7,70	R\$ 0,86
3	R\$ 900,00	R\$ 1.100,00	R\$ 110,00	R\$ 9,17	0,5	R\$ 4,58	R\$ 0,51
4	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 67,00	R\$ 5,58	6	R\$ 33,50	R\$ 3,72
5	R\$ 4.000,00	R\$ 11.000,00	R\$ 737,00	R\$ 61,42	6	R\$ 368,50	R\$ 40,94
6	R\$ 600,00	R\$ 1.900,00	R\$ 127,30	R\$ 10,61	3	R\$ 31,83	R\$ 3,54
7	R\$ 16.000,00	R\$ 48.000,00	R\$ 2.400,00	R\$ 200,00	12	R\$ 2.400,00	R\$ 266,67
8	-	-	R\$ 2.042,01	-	-	R\$ 2.042,01	R\$ 2.042,01
R\$ 36.700,00		R\$ 110.800,00	R\$ 7.060,71	R\$ 418,23		R\$ 5.015,72	R\$ 2.372,42

Fonte: Dados do produtor, elaborado pelo autor (2019).

Os cálculos de depreciação foram efetuados conforme dados do produtor quanto aos valores de cada imobilizado, vida útil conforme a utilização e valor residual. Os Quadros 12 e 13 evidenciam a relação dos equipamentos, valores de depreciação individuais e somatório da parcela de depreciação por ano, que é de R\$ 2.372,42.

Conforme determinado pelo produtor, o parreiral possui depreciação em 30 anos devido à espécie das videiras, condições da região e pelas frequentes manutenções que são realizadas, logo o valor é R\$ 2.042,01 por ano, ou seja, 86,07% do valor total de depreciação anual, já os equipamentos e tratores somam R\$ 330,41, isto é 13,93% da parcela de depreciação.

4.4.3 Receitas

Como já mencionado no capítulo 2, subcapítulo 2.5.3 deste trabalho, na atividade rural a receita bruta é determinada pelo total das vendas dos produtos oriundos da atividade explorada, sem a exclusão de ICMS e de funrural. Pode-se dizer que a receita nesta propriedade é obtida através da venda das uvas às cantinas.

Os valores de comercialização variam de acordo com grau brix de cada variedade, oscilando de 13 grau brix a 17 grau brix, nas uvas de variedade Bordô, Violeta e Magna. Pode-se verificar as quantidades vendidas, bem como as receitas obtidas na safra 2017/2018 no Quadro 14 a seguir.

Quadro 14 - Receitas Safra 2017/2018

Cultivar	Qtde colhida (Kg)	Valor unitário	Receita Bruta	Funrural - 1,5%	Receita Líquida
Bordô	30.000	R\$ 1,04	R\$ 31.200,00	R\$ 468,00	R\$ 30.732,00
Violeta	42.000	R\$ 0,92	R\$ 38.640,00	R\$ 579,60	R\$ 38.060,40
Magna	44.000	R\$ 0,92	R\$ 40.480,00	R\$ 607,20	R\$ 39.872,80
Total	116.000		R\$ 110.320,00		R\$ 108.665,20

Fonte: Dados do produtor, elaborado pelo autor (2019).

Pode-se verificar que na safra 2017/2018 a quantidade total de uvas vendidas foi de 116.000 kg. A produtividade da cultivar magna foi 46,67% superior a bordô e 4,76% superior a violeta. Observa-se que a receita bruta total foi de R\$ 110.320,00 e após o desconto do funrural, obteve-se a receita líquida de R\$ 108.665,20. Observa-se que valores de venda variaram de R\$ 0,92 a R\$ 1,04 o kilo, valores estes, tabelados pelo comprador, considerando que a cultivar bordô foi entregue à cantina com o grau brix 14, a Violeta com grau 15 e a Magna 16.

4.4.4 Demonstração do resultado

O Quadro 15 apresenta a demonstração do resultado do exercício pelo método de custeio direto ou variável, de cada cultivar produzida pelo produtor em estudo.

Quadro 15 - Demonstração pelo custeio direto ou variável

	Bordô	Violeta	Magna
Produção de 1 hectare (kg)	30000	42000	44000
Preço de Venda	R\$ 1,04	R\$ 0,92	R\$ 0,92
Receita Bruta	R\$ 31.200,00	R\$ 38.640,00	R\$ 40.480,00
(-) Impostos - Funrural 1,5%	R\$ 468,00	R\$ 579,60	R\$ 607,20
(=) Receita Líquida	R\$ 30.732,00	R\$ 38.060,40	R\$ 39.872,80
(-) Custos Variáveis	R\$ 11.456,20	R\$ 13.304,20	R\$ 13.792,20
Defensivos agrícolas	R\$ 4.764,20	R\$ 5.149,20	R\$ 5.406,20
Fertilizantes	R\$ 1.030,00	R\$ 1.110,00	R\$ 1.110,00
Mão de obra contratada	R\$ 5.662,00	R\$ 7.045,00	R\$ 7.276,00
(-) Despesas Variáveis	R\$ 1.620,00	R\$ 1.820,00	R\$ 1.920,00
Horas máquinas	R\$ 1.000,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.300,00
Combustível e manutenção	R\$ 620,00	R\$ 620,00	R\$ 620,00
(=) Margem de Contribuição	R\$ 17.655,80	R\$ 22.936,20	R\$ 24.160,60
(-) Custos Fixos	R\$ 4.332,42	R\$ 4.332,42	R\$ 4.332,42
Seguro	R\$ 1.960,00	R\$ 1.960,00	R\$ 1.960,00
Depreciação parreiral	R\$ 2.042,01	R\$ 2.042,01	R\$ 2.042,01
Depreciação bens	R\$ 330,41	R\$ 330,41	R\$ 330,41
(-) Despesas Fixas	R\$ 23,25	R\$ 23,25	R\$ 23,25
ITR	R\$ 23,25	R\$ 23,25	R\$ 23,25
(=) Resultado Financeiro	R\$ 13.300,13	R\$ 18.580,53	R\$ 19.804,93
(-) IR (22,5%)	R\$ 2.992,53	R\$ 4.180,62	R\$ 4.456,11
(=) Resultado Operacional	R\$ 10.307,60	R\$ 14.399,91	R\$ 15.348,82

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Observa-se no Quadro 15 a demonstração do resultado da produção de uvas na condução latada, na safra de 2017/2018 para 1 hectare de cada cultivar. A quantidade produzida oscila a cada ano, e nesta demonstração não foi considerada perda.

A vinha bordô produziu 30.000 kg, com um preço de venda de R\$ 1,04, e uma receita de R\$ 31.200. Para se chegar à margem de contribuição foram descontados o funrural, os custos variáveis e as despesas variáveis, desta forma obtém-se uma MC de R\$ 17.665,80. Para que se tenha o resultado financeiro, partindo do valor da margem de contribuição, descontam-se os custos fixos e as despesas fixas, ou seja, o resultado financeiro projetado é de R\$ 13.300,13. Após desconta-se 22,5% de imposto de renda tendo um resultado operacional de R\$ 10.307,60.

A cultivar violeta, rendeu 42.000 kg, e foi vendida a R\$ 0,92, resultando na receita de R\$38.640,00. Subtraindo o valor do funrural, os custos variáveis e as despesas variáveis obteve-se a margem de contribuição de R\$ 22.936,20. Para chegar ao valor do resultado financeiro de R\$ 18.580,53, diminuiu-se o valor dos

custos fixos e das despesas fixas. Após desconta-se 22,5% de imposto de renda tendo um resultado operacional de R\$ 14.399,91.

Já a cultivar magna, produziu 44.000 kg e foi vendida a R\$ 0,92, e teve a receita de R\$ 39.872,80. Esse valor da receita, descontando o valor do funrural, os custos variáveis e as despesas variáveis, chega-se ao valor da margem de contribuição de R\$ 24.160,60. Para o resultado financeiro, descontam-se os custos fixos e as despesas fixas, resultando em R\$19.804,93. Após desconta-se 22,5% de imposto de renda tendo um resultado operacional de R\$ 15.348,82.

Dessa forma, pode-se perceber que a cultivar Magna, apesar de ter o maior custo variável e ser vendida por um preço de venda menor que a bordô, apresentou o melhor resultado financeiro, visto que a produtividade da mesma é superior às demais.

4.4.5 Fluxo de caixa

Após a obtenção dos resultados anteriores, foi possível desenvolver o fluxo de caixa de cada cultivar, no prazo de 8 anos após a formação do investimento. No Quadro 16 é possível observar os resultados obtidos nos fluxos de caixa anuais de 2015 a 2018 da cultivar Bordô.

Quadro 16 - Fluxo de caixa do investimento (Bordô) - ano 0 ao 3

Descrição	Ano 0	Ano 1	Ano 2	Ano 3
Receita	R\$ -	R\$ -	R\$ 10.400,00	R\$ 31.200,00
(-) Despesa Variáveis (impostos)	R\$ -	R\$ -	-R\$ 156,00	-R\$ 468,00
(-) Custos Variáveis anuais	R\$ -	-R\$ 3.414,00	-R\$ 9.149,20	-R\$ 11.456,20
(-) Custos Fixos anuais	R\$ -	-R\$ 23,25	-R\$ 23,25	-R\$ 23,25
(-) Despesas Operacionais	R\$ -	-R\$ 300,00	-R\$ 1.620,00	-R\$ 1.620,00
(=) Saldo Operacional de Caixa	R\$ -	-R\$ 3.737,25	-R\$ 548,45	R\$ 17.632,55
(-) Investimento	-R\$ 61.879,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -
(=) Fluxo de Caixa Projetado	-R\$ 61.879,00	-R\$ 3.737,25	-R\$ 548,45	R\$ 17.632,55

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

No Quadro 17 é possível observar os resultados obtidos nos fluxos de caixa anuais de 2019 a 2023 da cultivar Bordô.

Quadro 17 - Fluxo de caixa do investimento (Bordô) - ano 4 ao 8

Descrição	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8
Receita	R\$ 31.720,00	R\$ 31.824,00	R\$ 32.240,00	R\$ 32.240,00	R\$ 32.240,00
(-) Despesa Variáveis (impostos)	-R\$ 475,80	-R\$ 477,36	-R\$ 483,60	-R\$ 483,60	-R\$ 483,60
(-) Custos Variáveis anuais	-R\$ 11.513,20	-R\$ 11.525,20	-R\$ 11.570,20	-R\$ 11.570,20	-R\$ 11.570,20
(-) Custos Fixos anuais	-R\$ 23,25	-R\$ 23,25	-R\$ 23,25	-R\$ 23,25	-R\$ 23,25
(-) Despesas Operacionais	-R\$ 1.620,00	-R\$ 1.620,00	-R\$ 1.620,00	-R\$ 1.620,00	-R\$ 1.620,00
(=) Saldo Operacional de Caixa	R\$ 18.087,75	R\$ 18.178,19	R\$ 18.542,95	R\$ 18.542,95	R\$ 18.542,95
(-) Investimento	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
(=) Fluxo de Caixa Projetado	R\$ 18.087,75	R\$ 18.178,19	R\$ 18.542,95	R\$ 18.542,95	R\$ 18.542,95

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Observa-se no Quadro 16 que o ano 0 é composto apenas pelo valor do investimento na sua totalidade. No ano 1, que se refere a 2016, como não ocorre nenhuma produção e conseqüentemente nenhuma receita, é reconhecido no fluxo de caixa apenas os custos e despesas do período.

No ano 2, inicia a obtenção de receitas, mas o valor ainda não é suficiente para cobrir os custos e despesas de manutenção do parreiral nesse período o que resulta em um saldo de caixa negativo em R\$ 548,45. A partir do ano 3, devido as receitas estarem ajustadas pela produção integral, os valores positivos de caixa aumentam a cada ano e é visivelmente mais representativo no ano 7, quando tem-se um saldo de caixa de R\$ 18.542,95. No ano 8, a produção foi mantida e conseqüentemente o fluxo de caixa projetado também.

No Quadro 18 será possível observar os resultados obtidos nos fluxos de caixa anuais de 2015 a 2018 da cultivar Violeta.

Quadro 18 - Fluxo de caixa do investimento (Violeta) - ano 0 ao 3

Descrição	Ano 0	Ano 1	Ano 2	Ano 3
Receita	R\$ -	R\$ -	R\$ 11.040,00	R\$ 38.640,00
(-) Despesa Variáveis (impostos)	R\$ -	R\$ -	-R\$ 165,60	-R\$ 579,60
(-) Custos Variáveis anuais	R\$ -	-R\$ 3.414,00	-R\$ 7.534,20	-R\$ 13.304,20
(-) Custos Fixos anuais	R\$ -	-R\$ 23,25	-R\$ 23,25	-R\$ 23,25
(-) Despesas Operacionais	R\$ -	-R\$ 300,00	-R\$ 1.820,00	-R\$ 1.820,00
(=) Saldo Operacional de Caixa	R\$ -	-R\$ 3.737,25	R\$ 1.496,95	R\$ 22.912,95
(-) Investimento	-R\$ 61.879,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -
(=) Fluxo de Caixa Projetado	-R\$ 61.879,00	-R\$ 3.737,25	R\$ 1.496,95	R\$ 22.912,95

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

No Quadro 19 é possível observar os resultados obtidos nos fluxos de caixa anuais de 2019 a 2023 da cultivar Violeta.

Quadro 19 - Fluxo de caixa do investimento (Violeta) - ano 4 ao 8

Descrição	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8
Receita	R\$ 39.100,00	R\$ 39.284,00	R\$ 39.468,00	R\$ 39.652,00	R\$ 39.652,00
(-) Despesa Variáveis (impostos)	-R\$ 586,50	-R\$ 589,26	-R\$ 592,02	-R\$ 594,78	-R\$ 594,78
(-) Custos Variáveis anuais	-R\$ 13.361,20	-R\$ 13.385,20	-R\$ 13.409,20	-R\$ 13.433,20	-R\$ 13.433,20
(-) Custos Fixos anuais	-R\$ 23,25	-R\$ 23,25	-R\$ 23,25	-R\$ 23,25	-R\$ 23,25
(-) Despesas Operacionais	-R\$ 1.820,00	-R\$ 1.820,00	-R\$ 1.820,00	-R\$ 1.820,00	-R\$ 1.820,00
(=) Saldo Operacional de Caixa	R\$ 23.309,05	R\$ 23.466,29	R\$ 23.623,53	R\$ 23.780,77	R\$ 23.780,77
(-) Investimento	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
(=) Fluxo de Caixa Projetado	R\$ 23.309,05	R\$ 23.466,29	R\$ 23.623,53	R\$ 23.780,77	R\$ 23.780,77

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Observa-se no Quadro 18 que o ano 0 é composto apenas pelo valor do investimento na sua totalidade. No ano 1, que se refere a 2016, como não ocorre nenhuma produção e conseqüentemente nenhuma receita, é reconhecido no fluxo de caixa apenas os custos e despesas do período.

No ano 2, inicia a obtenção de receitas, e o valor já é suficiente para cobrir os custos e despesas de manutenção do parreiral nesse período o que resulta em um saldo de caixa de R\$ 1.496,95. A partir do ano 3, devido as receitas estarem ajustadas pela produção integral, os valores positivos de caixa aumentam a cada ano e é visivelmente mais é representativo no ano 7, quando tem-se um saldo de caixa de R\$ 23.780,77. No ano 8, a produção foi mantida e conseqüentemente o fluxo de caixa projetado também.

Nos Quadros 20 e 21 será possível observar os resultados obtidos nos fluxos de caixa anuais de 2015 a 2023 da cultivar Magna.

Quadro 20 - Fluxo de caixa do investimento (Magna) - ano 0 ao 3

Descrição	Ano 0	Ano 1	Ano 2	Ano 3
Receita	R\$ -	R\$ -	R\$ 12.880,00	R\$ 40.480,00
(-) Despesa Variáveis (impostos)	R\$ -	R\$ -	-R\$ 193,20	-R\$ 607,20
(-) Custos Variáveis anuais	R\$ -	-R\$ 3.414,00	-R\$ 8.130,20	-R\$ 13.792,20
(-) Custos Fixos anuais	R\$ -	-R\$ 23,25	-R\$ 23,25	-R\$ 23,25
(-) Despesas Operacionais	R\$ -	-R\$ 300,00	R\$ 1.920,00	R\$ 1.920,00
(=) Saldo Operacional de Caixa	R\$ -	-R\$ 3.737,25	R\$ 6.453,35	R\$ 27.977,35
(-) Investimento	-R\$ 61.879,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -
(=) Fluxo de Caixa Projetado	-R\$ 61.879,00	-R\$ 3.737,25	R\$ 6.453,35	R\$ 27.977,35

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

No Quadro 21 é possível observar os resultados obtidos nos fluxos de caixa anuais de 2019 a 2023 da cultivar Magna.

Quadro 21 - Fluxo de caixa do investimento (Magna) - ano 4 ao 8

Descrição	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8
Receita	R\$ 40.664,00	R\$ 40.848,00	R\$ 41.032,00	R\$ 41.216,00	R\$ 41.216,00
(-) Despesa Variáveis (impostos)	-R\$ 609,96	-R\$ 612,72	-R\$ 615,48	-R\$ 618,24	-R\$ 618,24
(-) Custos Variáveis anuais	-R\$ 13.816,20	-R\$ 13.840,20	-R\$ 13.864,20	-R\$ 13.888,20	-R\$ 13.888,20
(-) Custos Fixos anuais	-R\$ 23,25	-R\$ 23,25	-R\$ 23,25	-R\$ 23,25	-R\$ 23,25
(-) Despesas Operacionais	R\$ 1.920,00	R\$ 1.920,00	R\$ 1.920,00	R\$ 1.920,00	R\$ 1.920,00
(=) Saldo Operacional de Caixa	R\$ 28.134,59	R\$ 28.291,83	R\$ 28.449,07	R\$ 28.606,31	R\$ 28.606,31
(-) Investimento	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
(=) Fluxo de Caixa Projetado	R\$ 28.134,59	R\$ 28.291,83	R\$ 28.449,07	R\$ 28.606,31	R\$ 28.606,31

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

No Quadro 20, o ano 0 é composto apenas pelo valor do investimento na sua totalidade. No ano 1, que se refere a 2016, como não ocorre nenhuma produção e conseqüentemente nenhuma receita, é reconhecido no fluxo de caixa apenas os custos e despesas do período.

No ano 2, inicia a obtenção de receitas, e o valor já é suficiente para cobrir os custos e despesas de manutenção do parreiral nesse período o que resulta em um saldo de caixa de R\$ 6.453,35. A partir do ano 3, devido as receitas estarem ajustadas pela produção integral, os valores positivos de caixa aumentam a cada ano e é visivelmente é mais representativo no ano 7, quando tem-se um saldo de caixa de R\$ 28.606,31. No ano 8, a produção foi mantida e conseqüentemente o fluxo de caixa projetado também.

4.4.6 Indicadores de viabilidade financeira

Com os saldos do fluxo de caixa do projeto, foi possível avaliar viabilidade financeira de cada cultivar produzida. O Quadro 22 apresenta os valores obtidos nesta análise.

Quadro 22 - Indicadores de viabilidade financeira

Indicadores	Bordô	Violeta	Magna
TMA	6,50%	6,50%	6,50%
VPL	R\$ 11.898,18	R\$ 36.008,54	R\$ 61.172,14
TIR	10%	16%	22%
Payback	6,94	5,61	4,71

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Constata-se no Quadro 22 que a taxa interna de retorno do projeto é de 10% a.a para a cultivar Bordô, 16% a.a para a Violeta e de 22% a.a para a Magna ou seja,

este é o limite máximo de rentabilidade que o projeto suporta para igualar suas entradas ao valor do investimento.

A TMA considerada para as três cultivares foi de 6,50%, mesmo valor da taxa Selic. A cultivar Bordô, resultou em um VPL de R\$ 11.898,18 e payback a partir de 6,94 anos. Isto quer dizer que com esta taxa de atratividade, o investimento é viável, pois antes dos 7 anos, já ocorre o retorno do valor investido.

A cultivar Violeta, resultou em um VPL de R\$ 36.008,54 e payback a partir de 5,61 anos. Isto quer dizer que com esta taxa de atratividade, o investimento é viável, pois antes dos 6 anos, já ocorre o retorno do valor investido.

Para a cultivar Magna, teve-se um VPL de R\$ 61.172,14 e payback a partir de 4,71 anos. Isto quer dizer que com esta taxa de atratividade, o investimento é viável, pois antes dos 5 anos, já ocorre o retorno do valor investido. Diante destes indicadores, pode-se apresentar ao produtor que esta é a cultivar mais viável, pois é a que em um menor período de tempo, possibilita o retorno sobre o investimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contabilidade é a ciência que possibilita analisar dados para posterior execução de aplicações financeiras, para o planejamento financeiro de determinada empresa e para a análise das demonstrações financeiras bem como a análise do investimento.

A contabilidade possui ramificações, dentre estas há a Contabilidade Rural que é a responsável por efetuar registros de fatos ocorridos na atividade rural, contabilizando todas as receitas, os custos e as despesas, respeitando os princípios contábeis e as normas brasileiras de contabilidade.

A videira é conhecida como parreira ou vinha, é a planta que produz uva. A viticultura é a ciência que estuda a produção da uva, que pode ser utilizada para produção de vinhos e seus derivados, bem como para o consumo *in natura*.

A questão do estudo foi verificar qual cultivar de videira produzida possui a maior lucratividade. Após o desenvolvimento do trabalho, observou-se que a Magna, apesar de necessitar de mais tratamentos, é a variedade que apresentou o maior lucro. Obteve-se uma receita bruta de R\$ 40.480,00, um custo operacional de R\$ 20.675,07 e um lucro de R\$ 15.348,82, sendo que a lucratividade da violeta foi de R\$ 14.399,91 e da bordô foi de R\$ 10.307,60. A produtividade da cultivar magna foi 46,67% superior a bordô e 4,76% superior a violeta.

Após revisão teórica a respeito dos conceitos principais do estudo, no contexto do problema, no objetivo geral buscou-se analisar a viabilidade do plantio de três cultivares de videiras: bordô, magna e violeta, e constatou-se que a cultivar magna fora a que apresentou a maior viabilidade financeira, com um VPL de R\$ 61.172,14 e payback a partir de 4,71 anos, e taxa interna de retorno de 22% a.a.

No que diz respeito aos objetivos específicos, inicialmente tem-se a revisão de literatura, para realização deste objetivo foi elaborada uma revisão de literatura referente aos termos ligados a contabilidade, contabilidade rural, gestão rural, gestão de custos e videiras.

O segundo objetivo específico definido foi analisar o custo inicial do investimento e através de quadro elaborado, foram levantados todos os custos de implantação de 1 hectare de parreiral, chegando a um total de R\$ 61.879,00. Os valores mais significantes são os materiais para a estrutura do parreiral como

piquetes, palanques, cordoalhas e arames, no valor de R\$ 25.220,00 refletindo aproximadamente 40,76% do investimento.

Percebeu-se que o custo com as mudas e as escoras de eucalipto, somam R\$ 24.280,00 e representam cerca de 39,24%. A mão de obra utilizada na construção de um hectare é empreitada no valor de R\$ 7.000,00, representando 11,31% do investimento total. O orçamento abrangeu inclusive a preparação do solo, isto é, aplicação de calcário, boro, cloreto de potássio e super fosfato triplo, que simbolizam em torno de 8,69%, ou seja, R\$ 5.379,00.

O terceiro objetivo específico foi analisar a composição dos custos e receitas de cada cultivar, onde se fez a apuração de todos os custos inerentes aos processos de produção. Chegou-se como conclusão deste objetivo que o total de custos da produção da cultivar bordô na safra 2017/2018 foi de R\$ 15.059,45, da cultivar violeta foi de R\$17.107,45 e da magna R\$ 17.695,45. A receita líquida obtida nesta mesma safra, foi de R\$ 30.732,00 para a cultivar bordô, R\$38.060,40 para a cultivar violeta e R\$ 39.872,80 para a cultivar magna.

No último objetivo fora analisado o retorno por meio de indicadores. Considerou-se uma TMA de 6,5%. A cultivar Bordô, resultou em um VPL de R\$ 11.898,18 e payback a partir de 6,94 anos. A cultivar Violeta, resultou em um VPL de R\$ 36.008,54 e payback a partir de 5,61 anos. Para a cultivar Magna, teve-se um VPL de R\$ 61.172,14 e payback a partir de 4,71 anos. A taxa interna de retorno do projeto é de 10% a.a para a cultivar Bordô, 16% a.a para a Violeta e de 22% a.a para a Magna ou seja, este é o limite máximo de rentabilidade que o projeto suporta para igualar suas entradas ao valor do investimento.

São inúmeros os fatores que influenciam no aumento ou na redução do resultado final, sendo muito importante que o gestor utilize ferramentas precisas para a análise de informações seguras e confiáveis, buscando a diminuição de seus custos. Durante o andamento do trabalho foi possível evidenciar a real situação da propriedade, e observou-se que a cultivar magna e a que mais trouxe resultados positivos, com a maior lucratividade.

Por fim, acredita-se que os pequenos produtores da agricultura familiar, apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas, possuem um grande potencial de crescimento. Para que isso ocorra, é preciso que o agricultor, na figura de gestor, busque o conhecimento e o controle real dos custos da sua propriedade.

Com este estudo não se pretendeu esgotar o assunto, mas dar continuidade ao pensamento e estudos futuros.

REFERÊNCIAS

- AGRON. **Suco de uva da Embrapa impressiona pesquisador**. 2013. Disponível em: <https://www.agron.com.br/publicacoes/noticias/noticia/2013/04/24/033407/suco-de-uva-da-embrapa-impressiona-pesquisador.html>. Acesso em 25 Nov. de 2018.
- ANDRICH, Emir Guimarães; CRUZ, Alisson June Westarb; ANDRICH, Rene Guimaraes; GUINDANI, Ari Roberto. **Finanças corporativas**. Análise de demonstrativos contábeis e de investimentos. 1ª ed. Curitiba: Intersaberes, 2014.
- BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 2 ed. São Paulo: Altas, 2004.
- BRUNI, Adriano Leal; FAMÁ, Rubens. **As decisões de Investimentos**. v. 2. 3. ed. São Paulo: ATLAS, 2012.
- CALLADO, Aldo Leonardo Cunha; ALMEIDA, Moisés Araújo. Perfil dos artigos sobre custos no agronegócio publicados nos anais do Congresso Brasileiro de Custos. **Custos e @gronegócio**, Online, v. 1, n. 1, p.42-61, jan. 2005. Semestral. Disponível em: https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/18493949/perfil_de_publicacoes.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1541974823&Signature=xap0HGkRXHYDGs4TYyC2i0D1Zf0%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DPerfil_dos_artigos_sobre_custos_no_agron.pdf. Acesso em: 11 nov. 2018.
- CALLADO, Antônio André Cunha. **Agronegócio**. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- CAMARGOS, Marcos Antonios de. **Matemática financeira - Aplicada a produtos financeiros e à análise de investimentos**. 1ª edição. São Paulo, Saraiva, 2013.
- CAMLOFFSKI, Rodrigo. **Análise de Investimentos e viabilidade financeira das empresas**. São Paulo: ATLAS, 2014.
- CASARIN, Helen de Castro Silva; CASARIN, Samuel José. **Pesquisa Científica: da teoria à prática**. Curitiba: InterSaberes, 2012.
- CHAVARRIA, Geraldo; SANTOS, Henrique Pessoa dos. Manejo de videiras sob cultivo protegido. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 39, p.1917-1924, set. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cr/v39n6/a216cr1456.pdf>. Acesso em 19 ago. 18.
- CONTÁBEIS. **Alteração na Contribuição Previdenciária de Produtor Rural Pessoa Física**. 2018. Disponível em: <https://www.contabeis.com.br/noticias/36577/alteracao-na-contribuicao-previdenciaria-de-produtor-rural-pessoa-fisica>. Acesso em 19 mai. de 2019.

CREPALDI, Silvio Aparecido, CREPALDI, Guilherme Simões. **Contabilidade de Custos**. 6ª edição. Atlas, 10/2017.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Rural - Uma Abordagem Decisorial**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

_____. **Contabilidade Rural - Uma Abordagem Decisorial**, 8ª edição. Atlas, 08/2016.

DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas: Métodos e Técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

ECKERT, Alex. **Material de apoio para a disciplina de métodos e técnicas de pesquisa em contabilidade TCC I**. Versão: Fev/2017.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Uva BRS Violeta**. 2006. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-solucoes-tecnologicas/-/produto-servico/1109/uva-brs-violeta>. Acesso em 25 Nov. de 2018.

_____. **BRS Magna: Nova cultivar de uva para suco com ampla adaptação climática**. 2012. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/140057/1/brs-magna.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2018.

FACHINELLO, José Carlos et al. Situação e perspectivas da fruticultura de clima temperado no Brasil. **Revista Brasileira de Fruticultura**, Joticabal/SP, Volume Especial, p.109-120, out. 2011.

G1. **Fruticultura tem se tornado boa alternativa de negócios para produtores do RS**. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/campo-e-lavoura/noticia/fruticultura-tem-se-tornado-boua-alternativa-de-negocios-para-produtores-do-rs.ghtml>>. Acesso em: 13 set de 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: ATLAS, 2002.

GIOVANNINI, Eduardo. **Manual de Viticultura**. Bookman, 01/2014.

GRECO, Alvisio. **Contabilidade: Teoria e Prática Básicas**, 4ª Edição. Saraiva, 07/2013.

GRIFFIN, Michael P. **Contabilidade e finanças**, Série Fundamentos, 1ª edição. Saraiva, 07/2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/monte-alegre-dos-campos/panorama>. Acesso em 28 Abr. de 2019.

_____. **PIB avança 1,0% em 2017 e fecha ano em R\$ 6,6 trilhões**. 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20166-pib-avanca-1-0-em-2017-e-fecha-ano-em-r-6-6-trilhoes>>. Acesso em: 04 nov. de 2018.

IBRAVIN. Instituto Brasileiro do Vinho. **História do vinho no Brasil**. Disponível em: <<http://www.ibravin.org.br/Historia-do-Vinho-no-Brasil>>. Acesso em: 10 Nov. de 2018.

IEDI. **A indústria e o agronegócio brasileiro**. 2018. Disponível em: https://iedi.org.br/media/site/artigos/20180703a_industria_e_o_agronegocio_brasileiro.pdf. Acesso em: 03 nov. de 2018.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**, 27ª edição, Petrópolis/RJ, Vozes, 2010.

LEMES JUNIOR, Antônio Barbosa; RIGO, Cláudio Miessa; CHEROBIM, Ana Paula Mussi Szabo. **Administração Financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras**. 3ª tiragem. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

MACEDO, Joel de Jesus; CORBARI, Celia, Ely. **Análise de projetos e orçamento empresarial**. 1ª ed. Curitiba: Intersaberes, 2014.

MAIA, João Dimas Garcia; CAMARGO, Umberto Almeida. Sistema de Produção de Uvas Rústicas para Processamento em Regiões Tropicais do Brasil. **Embrapa Uva e Vinho: Sistema de Produção, Versão Eletrônica**, v. 9, dez. 2005. Disponível em: <<https://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Uva/UvasRusticasParaProcessamento/cultivares.htm>>. Acesso em: 20 set. 2018.

MARCONI, Marina Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**, 8ª edição. Atlas, 01/2017.

MARION, José Carlos. **Contabilidade rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, imposto de renda pessoa jurídica**. 8. ed. São Paulo: ATLAS, 2007.

_____. **Contabilidade rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária**. 14. ed. São Paulo: ATLAS, 2014.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**, 10ª edição. Atlas, 09/2010.

MASCARENHAS, Sidnei Augusto. **Metodologia Científica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

MIELE, Alberto; MANDELLI, Francisco. **Uvas Viníferas para Processamento em Regiões de Clima Temperado**. Embrapa, 2003. Disponível em: <https://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Uva/UvasViniferasRegioesClimaTemperado/conducao.htm#espaldeira>. Acesso em 25 de nov. 2018.

NAGY, Edward J; VANDERBECK, Charles F. **Contabilidade de Custos**. Tradução da 11ª Edição Norte Americana. Cengage Learning Editores, 04/2012.

NAKAO, Sílvio (org.). **Contabilidade Financeira no Agronegócio**. Atlas, 05/2017.

NEVES, Marcos Fava, ZYLBERSZTAJN, Decio, CALEMAN, Sílvia M. de (Org.). **Gestão de Sistemas de Agronegócios**. Atlas, 06/2015.

NORDESTE RURAL. **Vinho e Cachaças** - Para tomar vinho de um modo fácil. 2018. Disponível em: <http://nordesterural.com.br/para-tomar-vinho-de-um-modo-facil-por-fernando-tony/>. Acesso em 25 Nov. de 2018.

OLIVEIRA, Antonio Benedito Silva et al. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2003.

OS VINHOS. **Principais Regiões Produtoras de Vinho**. Disponível em: <<http://osvinhos.com.br/paises.htm>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

PADOVEZE, Clóvis L. **Contabilidade de custos**. Cengage Learning Editores, 03/2014.

PADOVEZE, Luiz Clóvis; BENEDICTO, Gideon de Carvalho. **Análise das demonstrações financeiras**. 3ª ed. São Paulo, 2014.

PASSOS, Wégela Tatiara Maia. Produtor rural: um estudo comparativo pessoa física e pessoa jurídica agroindustrial. **Revista Científica Semana Acadêmica**. Fortaleza, 2012, Nº. 000017, 10/07/2013. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/produtor-rural-um-estudo-comparativo-pessoa-fisica-e-pessoa-juridica-agroindustrial>. Acesso em 10 de nov. 2018.

PÉRGOLA, 2018. Disponível em: <http://www.pergola.com.br/blog/saiba-mais-sobre-a-uva-bordo-e-seus-beneficios/>. Acesso em 25 Nov. de 2018.

PIONEIRO. **Caxias do Sul produz 1,8 milhão de litros de sucos de uva por ano**. Disponível em: <<http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/economia/noticia/2019/03/caxias-do-sul-produz-1-8-milhao-de-litros-de-sucos-de-uva-por-ano-10818463.html>>. Acesso em: 08 mar. 2019.

POMMER, Celso Valdevino. **Uva: tecnologia de produção, pós-colheita, mercado**. Porto Alegre: Cinco Continentes, 2003.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Básica**, 3ª edição. Saraiva, 07/2013.

_____. **Contabilidade de Custos** - 4ª edição. Saraiva, 10/2015.

_____. **Contabilidade Geral Fácil** - 9ª edição. Saraiva, 04/2009.

RITSCHHEL, Patricia; CAMARGO, Umberto Almeida. **O Programa de Melhoramento de Uva e o Segmento de Sucos**. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/146089/1/melhoramento-suco.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2018.

RODRIGUES, Aldenir Ortiz et al. **Contabilidade Rural**. 2.ed. São Paulo: IOB, 2012

RODRIGUES, Aldenir Ortiz; BUSCH, Cleber Marcel; GARCIA, Edino Ribeiro; TODA, William Haruo. **Contabilidade Rural**. 2. ed. São Paulo: Iob, 2012.

ROSA, Sílvia Mascella. Bem conduzidas: Bons vinhos são frutos das uvas, dos bons cuidados nas cantinas e das mãos hábeis dos enólogos. **Adega**, v. 25, 29 nov. 2007. Disponível em: <https://revistaadega.uol.com.br/artigo/bem-conduzidas_7644.html>. Acesso em: 21 set. 2018.

_____. Da videira ao vinho. **Adega**. v. 56, jun. 2010. Disponível em: <https://revistaadega.uol.com.br/artigo/da-videira-ao-vinho_2037.html>. Acesso em: 25 ago. 18.

SCHNEIDER, Sérgio. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade**. Revista brasileira de ciências sociais, v.18, n.51, fev. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988>>. Acesso em: 24 out. 2018.

_____. **Fruticultura - Cenários prospectivos: A fruticultura brasileira em 2018**. 2016. Disponível em: [http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/e93e6e44c0b1ec9bed5f9ed186ab6b7e/\\$File/6083.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/e93e6e44c0b1ec9bed5f9ed186ab6b7e/$File/6083.pdf)>. Acesso em: 12 set. 2018.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: Orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, tese**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, Thaís Xavier da. **A Importância da Diversificação Rural na Agricultura Familiar**. 2010. Disponível em: <http://plataforma.redesan.ufrgs.br/biblioteca/pdf_bib.php?COD_ARQUIVO=11191>. Acesso em: 24 out. 2018.

SOUZA, Alceu, CLEMENTE, Ademir. **Gestão de custos: aplicações operacionais e estratégicas: exercícios resolvidos e propostos com utilização do Excel**, 2ª edição. Atlas, 08/2011.

SOUZA, Marcos de, DIEHL, Alberto. **Gestão de custos: uma abordagem integrada entre contabilidade, engenharia e administração**. Atlas, 05/2009.

TODOVINHO. **Vinho brasileiro conquista importante vaga na oiv**. 2012. Disponível em: <http://todovinho.blogspot.com/2012/10/>. Acesso em: 23 Nov de 2018.

VINHOS DO BRASIL. **Vinho Brasileiro**. Disponível em: <<http://www.vinhosdobrasil.com.br/pt/vinho-brasileiro/regioes>>. Acesso em: 23 Nov. 2018.

VEIGA, Windsor Espenser, SANTOS, Fernando Almeida. **Contabilidade de Custos - Gestão em Serviços, Comércio e Indústria**. Atlas, 07/2016.

WESTPHALEN, S.L.; MALUF, J.R.T. **Caracterização das áreas bioclimáticas para o cultivo de Vitis vinífera L.** Bento Gonçalves: Embrapa Uva e Vinho, 2000. 99p.

YAMAMOTO, Marina Mityo, MALACRIDA, Mara Jane Contrera, PACCEZ, João Domiraci. **Fundamentos da Contabilidade** - Nova Contabilidade no Contexto Global. Saraiva, 03/2011.